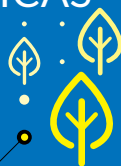


MANUAL PARA O

DESENHO

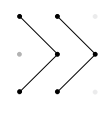
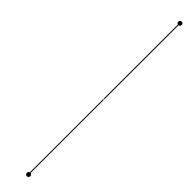
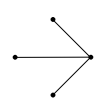
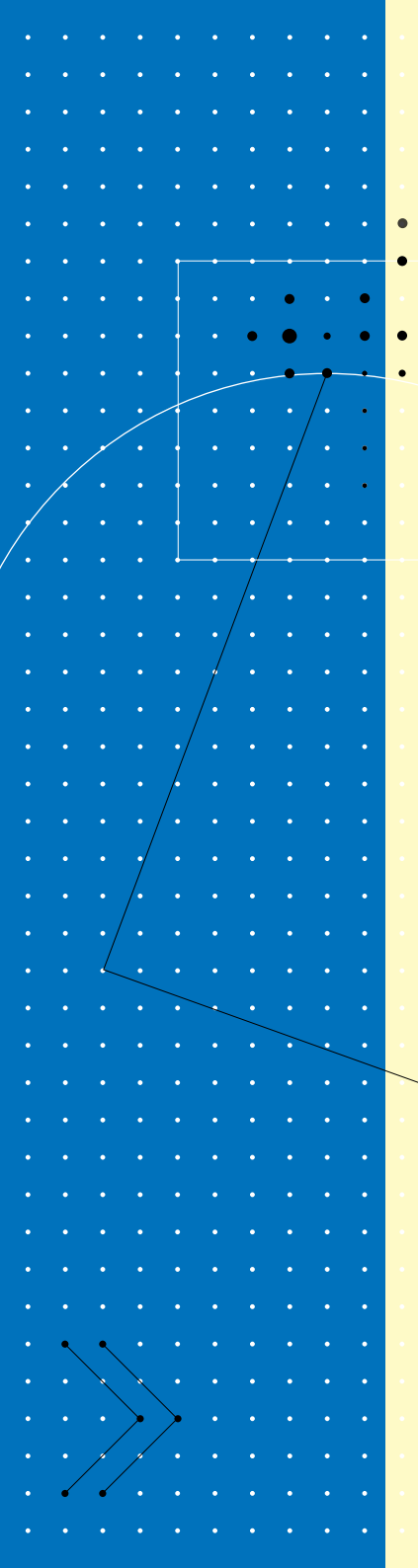
DE
ALOJAMENTOS
COLETIVOS
TEMPORÁRIOS
NAS AMÉRICAS



i



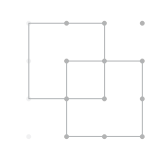
UNHCR
ACNUR
La Agencia de la ONU
para los Refugiados



MANUAL PARA O

DESENHO

DE
ALOJAMENTOS
COLETIVOS
TEMPORÁRIOS
NAS AMÉRICAS





Fotografias

p 5 - © NRC/Nadège Mazars. Caminantes, Colômbia 2019

p 6, 7 - © NRC/Nadège Mazars. Caminantes, Colômbia 2019

p 11 - © NRC/Nadège Mazars. Caminantes, Colômbia 2019

p 17 - © UNHCR/Reynesson Damasceno. Boa Vista, Brasil 2017

p 17 - © UNHCR/Rafael Mattar Neri. San Cristóbal de Las Casas, México 2021

p 16, 17 - © UNHCR/Nicolo Filippo Rosso. Tapón del Darién, Panamá 2021

p 18 - © UNHCR/Naiara Jinknss. Pará, Brasil 2022

p 35 - © UNHCR/Ivet Ruiz. Lima, Peru 2020

p 35 - © UNHCR/Jaime Giménez Sánchez de la Blanca. Huaquillas, Peru 2020

p 36, 37 - © UNHCR/Felipe Irnaldo. Manaus, Brasil 2020

p 38 - © UNHCR/Rafael Mattar Neri. Táchira, Venezuela 2022

p 50, 51 - © UNHCR/Rafael Mattar Neri. Iquique, Chile 2022

p 50 - © UNHCR/Santiago Escobar Jaramillo. Ibarra, Equador 2022

p 51 - © UNHCR/Nicolo Filippo Rosso. 2022

p 64, 65 - © UNHCR/Rafael Mattar Neri. Arauquita, Colômbia 2021

p 64 - © UNHCR/Ivet Ruiz. Lima, Peru 2020

p 65 - © UNHCR/Allana Ferreria. Norte do Brasil, Brasil 2021

p 79 - © UNHCR/Ilaria Rapido. Ibarra, Equador 2021

p 79 - © UNHCR/Nicolo Filippo Rosso. Tijuana, México 2022

p 80, 81 - © UNHCR/Naiara Jinknss. Pará, Brasil 2022

Ilustrações Nere Guarrotxena

Design gráfico Ramiro Guevara

Agradecimento

Este manual é o resultado de um trabalho liderado pela Agência da ONU para os Refugiados, ACNUR.

Agradecemos as contribuições das seguintes organizações e atores humanitários que participaram no grupo de trabalho que permitiu o desenvolvimento deste manual: Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA), Equador; Conselho Norueguês para Refugiados (NRC); Cruz Vermelha Colombiana; Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (FICR); Frontera con Justicia A.C., México; Fundação da Arquidiocese de Bogotá, Colômbia; Fundação Misioneros de San Carlos Scabrinianos, na Colômbia, o El Salvador e o Equador; Hospitalidad y Solidaridad, em Tapachula, México; Igreja Evangélica Bautista, em Lima, Peru; Ordem Hospitalar San Juan de Dios, Equador; Paróquia Nuestra Señora del Camino, Lima, Peru; e a Organização Internacional para as Migrações (OIM)

A Unidade de Alojamento Regional do ACNUR Américas agradece a valiosa colaboração dos colegas membros das equipes multifuncionais do escritório regional e das operações-país da ACNUR, bem como das seguintes pessoas que contribuíram com comentários, documentos e recursos para o desenvolvimento deste manual: Alicia Elisabeth Moreno, Amelia Rule, Angie Lorena Amoroch, Anna Verbeke, Cesar Ariste Perez, Cristina Cardona, David Torres, Denisse Solis, Doris De La Cruz, Fernanda Acevo, Gracia Calero, Javier Parra Rodriguez, Jean-Philippe Antolin, Jose Luis Monzo, Juan Gabriel, Lilia Blades Martinez, Luisa Fernanda Rojas, Luz Tantaruna, Manuel Castillo, María Ariz, Marta Leboeiro, Marta Peña, Miriam Lopez, Nicolas Vexlir, Palmira Alloggia, Rebecca Mazzini, Rosa Espinoza, Santiago Luengo, Sonia Molina, Victor Hugo Zapata Hidalgo, Viviana Henau, Viviana Peña e Zahra Hdidou.

A unidade de Alojamento Regional da ACNUR Américas reconhece a contribuição dos grupos regionais de trabalho para a coordenação do setor de alojamento: REDLAC-Shelter (Grupo Regional sobre Riscos, Emergências e Desastres para a América Latina e o Caribe) e ao Setor de Alojamento R4V (Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela).

Índice

1 Introdução	9	3 Recomendações para o desenho de um Alojamento Coletivo Temporário	39
De que trata este manual?	9	Metodologia de desenho	39
A quem está dirigido?	10	Análise de necessidades, usos e percursos	41
A região das Américas?	10	Composição de um alojamento coletivo temporário	41
Definição dos Alojamentos Coletivos Temporários nas Américas.	12	Critérios de desenho	43
Alojamentos Coletivos Temporários, uma solução de emergência.	13	Princípios gerais	43
		i. Zona de Acolhimento	44
2 Considerações estratégicas para o desenho de um Alojamento Coletivo Temporário	19	ii. Zona de Dormitórios	52
Os princípios reitores	19	iii. Zona de Áreas comuns	58
Proteção	20	iv. Zona de Administração e Serviços	66
Saúde	21	v. Instalações para serviços básicos	71
Meio Ambiente	22		
Considerações estratégicas	23		
Coordenação com outros atores	24		
Comunidade de acolhida	24		
Pessoas de interesse no centro da resposta, visando soluções duradouras			
Recursos económicos e temporariedade	25		
Planificar el futuro cierre o traspaso del Alojamiento Colectivo Temporal	26		
Localização do alojamento	26		
Risco físico, estrutural e de segurança	27		
Acesso e serviços	28		
Entorno meio-ambiental	28		
Superfície de solo utilizável	29		
Posse	29		
Uso do solo	30		
Tipologias construtivas segundo o tipo de resposta	30		
Estruturas de emergência: uso limitado no tempo	30		
Estruturas permanentes: uso continuado no tempo	32		
Tempo de estada	33		
Capacidade de um Alojamento Coletivo Temporário	34		





O manual foca nos Alojamentos Coletivos Temporários para pessoas refugiadas, migrantes ou deslocadas internas, seja por conflito, perseguição ou desastres.

1

Introdução

De que trata este manual?



O manual é um guia de consulta que fornece recomendações chave para o planejamento espacial e o desenho de Alojamentos Coletivos Temporários nas Américas. Estas recomendações têm como base as experiências práticas acumuladas por diferentes atores do setor de Alojamento e de outros prestadores de serviços. O manual visa dotar o leitor de critérios para auxiliá-lo na tomada de decisões na hora de planejar e de definir a localização e as características dos diferentes espaços que conformam um Alojamento Coletivo Temporário.

A intenção, ainda, é valorizar o impacto que têm as decisões espaciais no bem-estar das pessoas atendidas e do seu entorno, com especial foco na proteção, saúde e meio-ambiente. O manual será útil tanto para as intervenções de edificações existentes quanto para as novas construções.



O manual se centra nos Alojamentos Coletivos Temporários para pessoas refugiadas, migrantes ou deslocadas internas, seja por conflito, perseguição ou desastres. No entanto, o manual não contempla o desenho de Alojamentos Coletivos Temporários especializados com considerações de proteção específicas, tais como Casas de Acolhida para mulheres sobreviventes de Violência Baseada em Gênero (VG) ou crianças desacompanhadas.

Recomenda-se usar este manual como referência e em complemento com outros guias existentes no âmbito nacional, regional e global.

A quem está dirigido?



Este manual está dirigido a técnicos que precisam planejar e desenhar Alojamentos Coletivos Temporários; gestores responsáveis pelo manejo deles e, no geral, pessoas com poder de decisão no planejamento, desenho e manutenção de tais centros. O manual visa ser uma ferramenta de consulta simples e prática para todas as pessoas envolvidas nesse processo, inclusive aquelas sem conhecimentos técnicos prévios.

A região das Américas?



As seguintes características influenciam diretamente o planejamento, desenho e uso dos Alojamentos Coletivos Temporários nas Américas.



- Região impactada pelo fenômeno da mobilidade humana e dos fluxos mistos de pessoas em movimento à procura de novos destinos, incluindo aquelas com necessidades de proteção internacional. Deslocamento interno por conflito armado e situações de violência interna.
- Região propensa aos impactos das mudanças climáticas, fenômenos naturais¹ e desastres naturais, com consequências importantes nas necessidades habitacionais da população.
- Sistema consolidado de Alojamentos Coletivos Temporários representados em soluções de abrigos. Diferentemente de outras regiões como a África e o Oriente Médio, nas Américas não é comum estabelecer acampamentos como solução para um Alojamento Coletivo Temporário.
- A criação e a gestão destes Alojamentos Coletivos Temporários é responsabilidade dos governos locais com o apoio, em grande medida, da sociedade civil e de entidades religiosas, que em algumas ocasiões se organizam para integrar redes consolidadas que conformam gestões públicas ou mistas.

- As soluções de alojamento individual que geralmente visam as pessoas refugiadas, migrantes ou deslocadas internas costumam estar localizadas em assentamentos de alta densidade, espontâneos ou irregulares.
- A região possui os índices de urbanização mais elevados do mundo². Isso traz a necessidade de trabalhar em contextos urbanos em que é importante se atentar aos conceitos de acesso a serviços básicos; direito à moradia, terreno e propriedade; posse segura; espaço público e espaços marginais.
- No geral, existe uma coesão social forte, amplas redes de apoio comunitário e alta contribuição em remessas.

Definição dos Alojamentos Coletivos Temporários nas Américas



Os Alojamentos Coletivos Temporários são instalações físicas que abrigam pessoas durante um lapso de tempo limitado e que, geralmente, são geridos por entidades determinadas. Eles têm como objetivo dar proteção e abrigo a pessoas refugiadas, migrantes e deslocadas internas de forma temporária, enquanto transitam para soluções duradouras. Devem ser locais seguros onde, além de satisfazer as necessidades básicas de forma digna, as pessoas sejam orientadas sobre os seus direitos.



- A terminologia aplicada nos diferentes países da América Latina é muito variada e abrange termos como: abrigo temporário, abrigo comunitário, abrigo de transição, abrigo familiar, abrigo coletivo de emergência, casa de acolhida, casa do migrante, casa lar, lar de passagem, moradia, alojamento temporário, albergue,

¹ OCHA, OCHA, Desastres Naturais na América Latina e o Caribe 2000-2019, 2020. .

² UN-Habitat, World Cities Report 2020: The Value of Sustainable Urbanization, Nairobi, 2020.

acampamento, centro de atendimento integral, refúgio temporário, refúgio fixo, estação temporária de ajuda humanitária, centros de evacuação, centro de trânsito etc. Apesar disso, todas as estruturas são criadas com mesma ideia, a saber, alojar as pessoas refugiadas, migrantes e deslocadas internas de forma coletiva e por um tempo limitado.

Alojamentos Coletivos Temporários, uma solução de emergência.



É importante entender que as soluções de Alojamento Coletivo Temporário devem ser uma resposta de alojamento de emergência com duração limitada. É preciso estabelecer desde o início estratégias de saída destes centros para soluções de alojamento individual mais duradouras.

Alojamentos Coletivos Temporários permanentes de uso continuado no tempo

- Nos contextos em que existe uma rede de abrigos que cobre as necessidades particulares de um país (pessoas em situação de rua, mobilidade urbana, entre outros), ou onde foram estabelecidos sistemas de redução de risco em caso de desastres recorrentes (incluindo centros de evacuação), deveria se optar pela consolidação e o fortalecimento desses Alojamentos Coletivos Temporários existentes por meio do investimento em soluções mais permanentes e duradouras, de maneira sistematizada e estruturada.

Alojamentos Coletivos Temporários de emergência de uso continuado no tempo

- Os Alojamentos Coletivos Temporários só deveriam ser considerados como último recurso, após a avaliação de alternativas mais sustentáveis (famílias de acolhida, alojamentos de emergência individuais, entre outros), para evitar a ocupação prolongada do local ou da infraestrutura intervinda, e liberando-a para seus usos originais. Se o Alojamento Coletivo Temporário vai ter uma duração de vida muito curta, é preciso avaliar o investimento em infraestrutura em função do tempo de uso, ou bem, prever usos futuros, por exemplo, como espaço reservado para contingências, ou a reconversão do Alojamento

Coletivo Temporário em um espaço comunitário. É fundamental traçar e orçar uma estratégia de fechamento do centro desde seu planejamento inicial. O fechamento dependerá do fato de não ser mais necessário fornecer esta opção de alojamento para pessoas deslocadas, ou seja, de que não haja mais pessoas refugiadas, migrantes ou deslocadas internas, ou que estas pessoas tenham encontrado alternativas habitacionais. No caso de emergências pontuais, é preciso contabilizar o tempo e o custo que será gerado para devolver o local a seu estado inicial, ou pelo menos minimizar os impactos produzidos (limpeza, consertos, substituições, reflorestação etc.)

Intervenções em infraestrutura desde que seja garantida a capacidade de gestão.

Quando for considerada a melhora da infraestrutura de um Alojamento Coletivo Temporário em andamento, o investimento só deveria ser assumido se for possível garantir os Princípios de Proteção. Existem numerosos prestadores de serviços na região toda, tanto no âmbito público quanto privado (organizações civis ou religiosas), que têm construído uma capacidade significativa ao longo de anos de gestão deste tipo de alojamentos e de dar continuidade a esses serviços humanitários. É importante investir na melhora da capacidade destes atores e envolvê-los em todo momento no processo de tomada de decisões relacionadas com o desenho e a construção dos alojamentos. Este diálogo contribuirá, por um lado, com o aprendizado de experiências locais e o entendimento de problemáticas não resolvidas, ampliando os critérios que possam ajudar à solução de certos desafios, e pelo outro lado, com tornar compreensíveis as consequências de certas decisões relacionadas com as recomendações propostas.

O manual será útil tanto para as intervenções de edificações existentes, quanto para as novas construções.



Região impactada pelo fenômeno da mobilidade humana e dos fluxos mistos de pessoas em movimento à procura de novos destinos, incluindo aquelas com necessidades de proteção internacional.



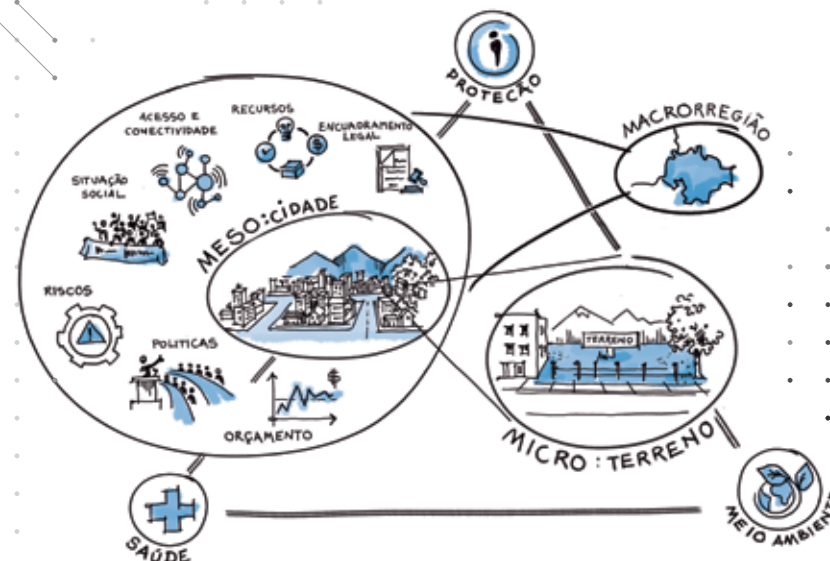
2

Considerações estratégicas para o desenho de um Alojamento Coletivo Temporário

Los principios rectores



A finalidade última ao desenhar, construir ou reabilitar lugares que assumam a função de Alojamento Coletivo Temporário é criar espaços de proteção onde as pessoas estejam saudáveis, com respeito ao meio ambiente, de modo a facilitar a gestão integral do alojamento. Para conseguir isso, é importante reconhecer os princípios fundamentais que regem transversalmente o processo de tomada de decisões e de implementação: **Proteção, Saúde e Meio Ambiente.**



Proteção

Um Alojamento Coletivo Temporário deve oferecer proteção e segurança à população atendida, bem como resguardo de perigos e de impactos relacionados com fenômenos naturais e com as mudanças climáticas. Além disso, precisa facilitar o acesso aos direitos e serviços básicos, proteger a dignidade humana evitando toda discriminação ou marginalização, e amparar a prevalência da vida familiar e comunitária. As instalações precisam ser desenhadas ou adaptadas de forma a garantir o cumprimento desses objetivos.

A proteção implica a criação de um entorno propício para o respeito dos direitos humanos, a prevenção e a mitigação dos efeitos secundários de um padrão específico de abuso, e a restauração das condições de vida por meio da reparação, da restituição e da reabilitação.

A proteção humanitária consiste em melhorar a segurança, o bem-estar e a dignidade das populações afetadas por uma crise. Proteção diz respeito não apenas daquilo que fazemos, mas da forma como fazemos. Isso implica aplicar ativamente os princípios e responsabilidades básicos de proteção no nosso trabalho humanitário em todos os setores, incluindo o planejamento dos Alojamentos Coletivos Temporários.

Os princípios gerais para a proteção das pessoas alojadas são os seguintes:

- Respeitar, proteger e promover os direitos básicos e a dignidade das pessoas, protegendo seu bem-estar e garantindo a sua privacidade e as suas necessidades culturais, sem discriminação por origem étnica, gênero, nacionalidade, opiniões políticas, raça ou religião. O apoio deve se pautar unicamente pelas necessidades, e dar prioridade aos casos mais urgentes.
- Garantir a acessibilidade e a inclusão de todas as pessoas, sem discriminação, aos espaços físicos e à informação, por meio de uma abordagem de idade, gênero e diversidade.
- Garantir o resguardo dos residentes, especialmente dos grupos de maior vulnerabilidade — incluindo idosos, mulheres, crianças e adolescentes, pessoas LGBTQIA+ e pessoas com deficiência — a fim de minimizar os potenciais riscos e evitar expô-los a danos maiores.

- Garantir o princípio de não causar danos, isto é, que a assistência humanitária e a proteção devem, como mínimo, não causar danos àqueles que se procura ajudar.
- Realizar análises de risco contínuos e planejar intervenções que permitam prevenir e/ou mitigar o risco de violência de gênero.

Saúde

A população que busca abrigo nestes alojamentos coletivos pode apresentar problemas de saúde como feridas, traumatismos, doenças gastrointestinais, dermatológicos ou respiratórios, ou doenças crônicas prévias. Ajudar a estas pessoas a acessarem serviços médicos é prioritário. Além disso, é primordial que os alojamentos não agravem esta situação e, portanto, previnam os riscos de doença das pessoas durante a sua estada. Assim, é fundamental que as instalações do alojamento sejam concebidas de forma não apenas a minimizar os riscos de saúde das pessoas, mas também a contribuir com a sua cura e bem-estar.

A superlotação, o saneamento deficiente, a insuficiência em quantidade e qualidade da água e a redução da segurança alimentar são fatores que aumentam o risco de surtos de doenças transmissíveis.

Fatores de estresse extremo relacionados com a falta de segurança própria ou com um alojamento inadequado podem desencadear transtornos de saúde mental em pessoas que já vêm com uma carga emocional forte.

Os princípios gerais para fomentar a saúde integral da população alojada são:

- Proteger a saúde física das pessoas alojadas e evitar sua exposição a riscos de doenças.
- Evitar entornos que possam gerar estresse, e, portanto, a deterioração da saúde mental das pessoas, criando ambientes que permitam a recuperação dos efeitos físicos e psicológicos causados pelas vivências traumáticas.
- Facilitar o acesso a serviços de atendimento médico, incluindo de saúde mental e apoio psicossocial, por meio da identificação de fluxos de encaminhamento ou de referenciamento para acessar esses serviços, levando em conta as necessidades específicas das pessoas.

Meio Ambiente



A qualidade do meio ambiente em que as pessoas habitam é fundamental para sua saúde e o bem-estar, bem como para sua recuperação após a crise. É aconselhável avaliar cuidadosamente o impacto ambiental que irá provocar a intervenção a ser realizada a fim de minimizá-lo, seja por conta da modificação do entorno natural, trânsito e uso intensivo do local e materiais e recursos naturais utilizados, seja pelos resíduos gerados, entre outras considerações. A sustentabilidade ambiental é fundamental para reduzir as vulnerabilidades, minimizar a deterioração do habitat e evitar um risco maior de desastres causados pela degradação ambiental. Tais eventos já são recorrentes na região das Américas, que também enfrenta problemas de pobreza e uma ecologia frágil.

Deixar marcas no entorno é inevitável, mas o objetivo é conseguir que essa marca seja mínima.

Os princípios gerais para reduzir o impacto ambiental são os seguintes:

- Responsabilizar-se pelo impacto ambiental gerado pela instalação de um alojamento em um lugar específico e implementar as medidas oportunas para minimizá-lo. Reduzir o máximo possível o impacto ambiental ao final da vida útil do alojamento.
- Prevenir ou mitigar o dano ambiental por meio de um planejamento adequado e de um desenho sustentável da edificação e dos serviços. Promover boas práticas ambientais durante a construção ou a reforma do local.
- Reduzir o consumo de energia por meio do desenho apropriado da edificação e dos seus espaços (arquitetura e construção bioclimática, considerações de orientação solar, ventilação natural, uso de materiais eficientes, pé direito, uso de fontes de energia renovável para a refrigeração ou o aquecimento do espaço, bem como para a iluminação geral e para a área de preparação e consumo de alimentos).

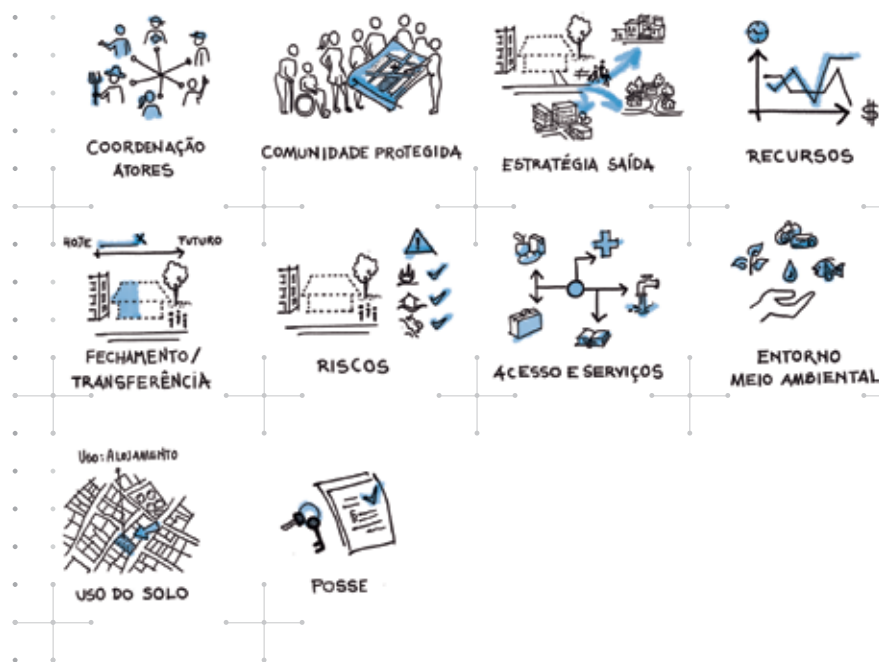
Considerações estratégicas



Antes de começar o processo de planejamento espacial da Edificação / Local de Emergência que servirá como Alojamento Coletivo Temporário, precisamos analisar a factibilidade da intervenção e verificar os pré-requisitos que permitirão seguir à frente. É importante coordenarmos as decisões com os atores relevantes e verificarmos os documentos e condições legais que possam influir na viabilidade do projeto.

O processo de desenho e construção dos Alojamentos Coletivos Temporários deve ser realizado em estreita colaboração com os governos locais, com as autoridades competentes e com as entidades prestadoras de serviços. Isto ajudará a garantir uma implementação acorde com os planos de desenvolvimento local e nacional, com integração aos serviços e infraestruturas existentes.

O planejamento dos Alojamentos Coletivos Temporários deve levar em conta as necessidades de longo prazo e a possível necessidade de expansão e adaptação do centro para novas dinâmicas, embora a praxe destes alojamentos seja ter uma expectativa de vida útil curta.





Considerações estratégicas

- Coordenar com as autoridades, compreender as vontades políticas e as prioridades no curto e longo prazo.
- Coordenar com a entidade proprietária da Edificação / Local de Emergência.
- Coordenar com a entidade que irá gerir o alojamento, especialmente na definição de um programa de áreas e necessidades em função da superfície disponível, das limitações orçamentárias e de outras considerações específicas.
- Coordenar com as organizações ou entidades que irão fornecer os diferentes serviços e a manutenção para entender as necessidades espaciais específicas.
- Coordenar com as lideranças locais.
- Coordenar com as mesas/grupos temáticos setoriais, cluster de Alojamento e de CCCM (siglas de Camp Coordination and Camp Management, Gestão de Alojamentos Coletivos Temporários) ou outro mecanismo de coordenação da resposta.



Comunidade de acolhida

- Avaliar se existem riscos significativos de segurança ou de outro tipo relacionados com uma intervenção deste tipo na região.
- Promover a coexistência pacífica ao pesquisar as possibilidades de melhoria de certos serviços básicos existentes para seu uso compartilhado com a comunidade de acolhida, beneficiando ambas as partes (p. ex.: melhorar a rede elétrica que serve o alojamento e a comunidade de acolhida; melhoria das infraestruturas de água e do serviço de internet; construção de uma praça pública para o uso comum, hortas comunitárias, entre outros).
- Considerar oferecer à comunidade de acolhida a possibilidade de acessar certos serviços disponíveis no alojamento. Isso teria implicações diretas no desenho do abrigo em termos de acesso ao recinto e de localização de certos espaços próximos da entrada, dentro do conjunto.
- A renovação de um prédio numa região degradada da comunidade de acolhida pode ser uma oportunidade para a reativação econômica e social do lugar.

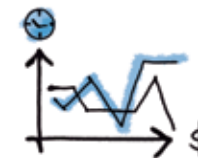
A chegada de pessoas acarretaria uma demanda de produtos e serviços que poderia beneficiar a comunidade de acolhida. La llegada de personas conllevaría una demanda de productos y servicios que podría beneficiar a la comunidad de acogida.

- Manter um diálogo contínuo e transparente com as lideranças locais e com as organizações civis e sociais a fim de fomentar espaços de participação e divulgação da informação sobre os avanços e as decisões.



Pessoas de interesse posicionadas no centro da resposta, visando soluções duradouras

- Analisar os perfis das pessoas que irão se beneficiar destes alojamentos e avaliar as suas dinâmicas de deslocamento (população por gênero e idade, pessoas com necessidades específicas, tempo estimado de estada) de forma a conceber os alojamentos de acordo com as suas necessidades.
- Criar um programa espacial de uso adaptado aos perfis dos usuários dos alojamentos que permita orientar o processo de desenho deles.
- Avaliar, desde o início, soluções duradouras para as pessoas refugiadas, migrantes ou deslocadas. Os Alojamentos Coletivos Temporários devem ser mantidos como uma solução transitória; é importante conceber uma estratégia de saída integral que garanta o acesso a soluções de alojamento individual para as pessoas de interesse. A estratégia de saída pode incluir programas de subsídio de aluguel, acesso a programas de meios de vida e geração de renda, de reunificação familiar, entre outros.

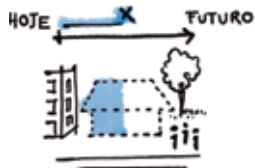


Recursos econômicos e temporariedade

- Estimar os fundos necessários para realizar a intervenção. Determinar a sua viabilidade conforme probabilidades alta, média ou baixa de arrecadação.
- Também é importante avaliar o tempo necessário para a execução da intervenção. Muitas vezes, mais do que os recursos financeiros, a primeira barreira

para responder a uma emergência é o tempo de execução. Nesse sentido, recomenda-se estabelecer uma resposta por fases que defina ações imediatas e a médio prazo.

Planejar o futuro fechamento ou transferência do Alojamento Coletivo Temporário



- Incluir o desmonte ou transferência dentro do processo de planejamento das atividades relacionadas com o fechamento do alojamento; garantir uma verba para isso e tomar decisões construtivas para facilitar o processo de desmantelamento futuro, como o uso de materiais temporários, por exemplo.
- Incluir no planejamento e no orçamento as atividades de recuperação dos solos e outras que visem minimizar o impacto no meio ambiente.
- Garantir o manejo eficiente dos resíduos sólidos gerados pelo desmantelamento do centro estudando a reutilização ou a reciclagem dos elementos descartados.
- No caso de uma transferência, garantir o processo de consulta com a comunidade sobre o uso futuro e a adequação espacial do centro.

Localização do alojamento



A localização do Alojamento Coletivo Temporário é uma consideração decisiva que condicionará o seu desenho, construção e manutenção. Um primeiro passo é identificar edificações e/ou terrenos seguros, que ofereçam espaços adequados, proteção e acesso a serviços essenciais (e meios de vida) para a instalação, seja no curto ou no longo prazo. Uma localização adequada, fruto de uma seleção cuidadosa do lugar, impacta diretamente na proteção das pessoas refugiadas, migrantes e deslocadas; na redução de conflitos; na coexistência pacífica com as comunidades de acolhida; na diminuição de violência de gênero (VG) e dos riscos à saúde; no melhor acesso a serviços básicos; na mitigação da degradação do meio ambiente e na economia em custos de implementação.

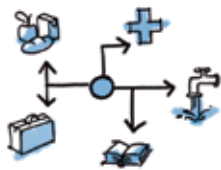
Riscos físicos, estruturais e de segurança



- A Edificação / Local de Emergência deve estar numa área segura, não propensa a alagamentos, ventos fortes, deslizamentos de terra ou quaisquer outros riscos de desastre.
- É preciso considerar que as intervenções de mitigação das condições antes descritas precisarão de investimentos significativos de tempo e dinheiro. Portanto, recomenda-se procurar, nesses casos, outras alternativas de localização para a Edificação / Local de Emergência.
- Em caso de ser uma resposta de alojamento a um conflito armado, é imperativo manter uma distância mínima de 50 km do foco do conflito.
- Se for o caso de uma Edificação existente, é necessário comprovar se a construção está em conformidade com as normas vigentes, antissísmicas ou outras; se conta com todos os alvarás de construção e se a estrutura — bem como as fundações, a cobertura, as janelas, os muros e as paredes — parecem estar em bom estado. Caso contrário, recomenda-se contratar a assessoria de um engenheiro especialista para determinar o bom estado dos elementos estruturais da Edificação. **A segurança estrutural é primordial para propor a utilização da Edificação.**
- Se está sendo discutida a ampliação da Edificação, é preciso seguir todos os passos necessários para garantir que a estrutura suporte a nova intervenção.
- Garantir que os materiais presentes na Edificação / Local de Emergência não sejam prejudiciais para a saúde, conforme as normativas atuais. Por exemplo, a presença de asbesto requer um protocolo específico de intervenção.
- Se forem identificadas áreas não seguras que não possam ser acondicionadas no curto prazo, é fundamental fechá-las e interditá-las.
- Quando se trata de um Local de Emergência, é preciso evitar topografias de pendentes leves (de 0 a 2%) ou pronunciadas (maiores a 6%). Recomenda-se, idealmente, locais com pendentes de 2 a 4%, ou pendentes manejáveis de 4 a 6%, pois irão favorecer a drenagem de água e esgoto.
- Se for um Local de Emergência, é importante evitar solos arenosos e rochosos que dificultem a instalação segura de estruturas de emergência.
- Garantir que a Edificação / Local de Emergência possa incorporar equipamentos, meios de evacuação e outras disposições para a preparação, atenção e resposta a emergências, de acordo com a normativa vigente.

- Verificar que a área escolhida esteja livre de perigos ambientais para a saúde (p.ex.: zonas com água parada e focos de reprodução de mosquitos, lixões, indústrias químicas, etc.)

- Fazer perguntas para os usuários da Edificação / Local de Emergência, moradores próximos dela e autoridades competentes (corpos de proteção e defesa civil, bombeiros etc.). Isso será útil para saber se houve no passado eventos naturais que comprometessem a Edificação / Local de Emergência, e, no caso, qual foi o impacto e quais as medidas tomadas.



Acesso e serviços

- Edificação / Local de Emergência deve ser acessível e transitável em qualquer época do ano, tanto a pé quanto de veículo, a despeito de qualquer variação sazonal.
- Garantir que a Edificação / Local de Emergência possibilite a conexão com serviços públicos básicos (água, saneamento básico, força elétrica, energia para cozinhar, internet) de maneira segura e eficiente.
- O tempo de deslocamento da Edificação / Local de Emergência até os equipamentos coletivos urbanos (saúde, educação, mercados, sistemas de financiamento ou comerciais, repartições para trâmites e gestões, áreas esportivas) deve ser avaliado e não deve superar os **30 minutos** (a pé ou de transporte público).
- É preciso pensar na estratégia de meios de vida e nas necessidades específicas das pessoas refugiadas, migrantes e deslocadas que usufruirão do Alojamento Coletivo Temporário, a fim de avaliar a idoneidade do lugar.



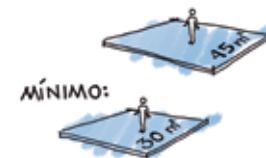
Entorno ambiental

- Verificar que o local não tenha nenhuma restrição ambiental.
- Determinar o risco para o meio ambiente decorrente da instalação de

um Alojamento Coletivo Temporário (considerando o seu planejamento, construção, modificação e funcionamento) e garantir que possa ser mitigado com facilidade.

- Se possível, realizar uma análise de impacto ambiental e desenvolver medidas de mitigação para enfrentar os impactos e riscos identificados.

- Verificar se a Edificação / Local de Emergência está perto de corpos d'água. Tomar precauções para garantir que as águas não sejam poluídas. Além disso, tomar todas as precauções necessárias para minimizar os riscos de quedas na água e possíveis afogamentos, em particular de crianças.



Superfície de solo utilizável

- A Edificação / Local de Emergência tem pelos menos 30 m² por pessoa de solo utilizável, tirando áreas alagáveis ou não habitáveis que possam existir no terreno de interesse. A área servirá para incluir as zonas de dormir, zonas de serviços e zonas administrativas, bem como outros serviços para o atendimento das pessoas:
 - É preciso ter espaços exteriores para habilitar áreas de lazer.
 - É preciso contar com espaço suficiente para uma possível expansão que garanta a transformação do espaço no tempo e a adaptação de acordo com necessidades futuras.



Posse

- Verificar a documentação legal que certifique a propriedade do terreno ou da edificação. Comprovar que não existam onerações nem processos legais abertos que possam paralisar as obras ou o funcionamento correto do alojamento (delimitação, indenizações, onerações e processos legais abertos, existência de coproprietários, etc.). Para isso, é recomendável consultar no cartório de Registro de Imóveis correspondente.
- Verificar junto à entidade que vai utilizar o imóvel (pública ou privada) se existem acordos de aluguel, cessão ou expropriação.



Uso do solo

- Comprovar o regime de ocupação e uso urbanístico do solo e verificar que a normativa de planejamento seja compatível com a atividade ou uso desejado. Revisar o plano diretor e a legislação urbanística vigente para comprovar a compatibilidade de usos.
- Verificar na normativa urbanística vigente se existem condições ou restrições urbanísticas (disposições para a construção, ampliação, reforma ou benfeitoria) e se existem estudos geotécnicos ou de risco (usos previstos do solo, possíveis riscos).
- Levar em conta os critérios culturais tradicionais relacionados com o uso do lugar (p.ex. locais de culto, proximidade de cemitérios etc.) que possam afetar a implantação do alojamento.

Tipologias construtivas segundo o tipo de resposta



Aos efeitos práticos do processo de planejamento espacial, este manual de desenho procura diferenciar os Alojamentos Coletivos Temporários mais por tipologia construtiva do que por função (centros coletivos, centros de trânsito e recepção, centros de evacuação, acampamentos, entre outros) ³.

Vamos distinguir quatro categorias diferentes, estreitamente ligadas ao tempo que foi planejado para o uso destas instalações para a finalidade descrita.

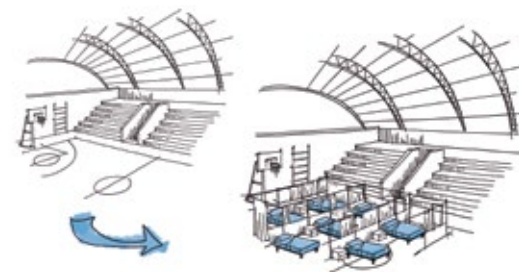
³ As seguintes definições foram desenvolvidas e atualizadas internamente pelo ACNUR em 2022

Centro coletivo: Um centro coletivo é um alojamento em que um grupo de solicitantes de refúgio, refugiados e deslocados internos residem ou ficam alojados em edificações preexistentes como centros comunitários, prefeituras, escolas ou prédios inconclusos ou de nova construção. Costumam aparecer quando ocorre uma afluência repentina e os mercados de aluguel ficam saturados. Os centros coletivos são de caráter temporário.

Centro de trânsito: Um centro de trânsito é utilizado no começo de uma nova emergência, costuma ter uma afluência elevada e acolhe solicitantes de refúgio, refugiados ou deslocados internos no aguardo de um traslado para um assentamento formal adequado, para um alojamento privado individual ou um retorno.

Estruturas de emergência: uso limitado no tempo

- 1 | Edificação existente / Centro Coletivo de Emergência: estruturas pre-existent de uso comunitário que precisam ser adaptadas para alojar um grupo numeroso de pessoas deslocadas, normalmente por um breve período (por exemplo, escolas, ginásios poliesportivos, espaços municipais, etc.). **É importante mencionar que o uso de escolas como Alojamentos Coletivos Temporários deve ser evitado, já que isso atinge diretamente a educação e o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes.**



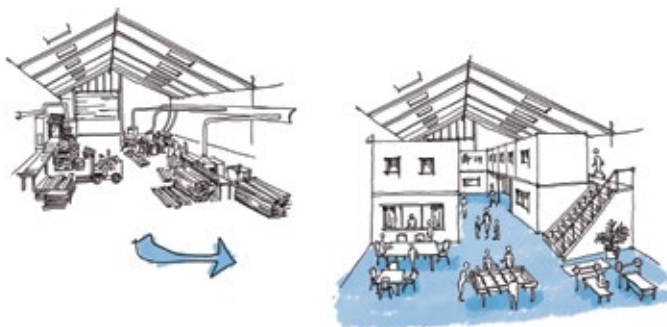
- 2 | Local de Emergência: lugar acondicionado e habilitado temporariamente para responder a uma emergência específica, e é composto por vários elementos construtivos, normalmente de caráter temporário (barracas ou barracões de lona, estruturas pré-fabricadas), latrinas e infraestrutura mínima e de caráter temporário. **A criação destes Locais de Emergência deve ser proposta como último recurso devido às suas implicações sociais, econômicas e ambientais, entre outras.**



- **i** Ainda que estas soluções não pretendam ser permanentes, a sua duração não deve ser subestimada. A natureza da emergência pode fazer com que permaneçam ativas para além do período planejado. Portanto, é necessário prever que o desenho seja o mais adequado possível. Isso é particularmente relevante no desenho de Locais de Emergência que por diversas razões podem perdurar no tempo e se transformar em assentamentos que terão um impacto nas comunidades de acolhida e seu território.

Estruturas permanentes: uso continuado no tempo

3 | Edificação existente adaptada, desenhada para uma finalidade diferente, mas que se decide adaptar (mudança de uso) para alojar e dar serviço de forma permanente a pessoas refugiadas, migrantes ou deslocadas internas de forma regular (por exemplo, prédios de moradia, hotéis, casas subdivididas etc.). A estrutura e conformação do prédio podem se tornar uma limitação que é preciso atenuar por meio do uso flexível e racional do espaço.



4 | Edificação / Local: centro de trânsito ou recepção projetado com caráter permanente, criado desde início com a função específica de ser um Alojamento Coletivo Temporário. Esta tipologia oferece a oportunidade de adaptar a edificação de forma ainda mais adequada às necessidades específicas das pessoas refugiadas, migrantes ou deslocadas internas.



Tempo de estada

As necessidades espaciais vão depender da duração estimada da permanência das pessoas. Quanto maior o tempo, maior a necessidade espacial necessária para garantir o bem-estar dessas pessoas.

Este manual estabelece uma diferenciação entre estadas curtas e longas

Estada curta: permanência de uma a 14 noites.

Estada longa: permanência entre 14 noites e três meses (ou até mais de três meses).



Estada curta:

A duração da estada se limita a 14 noites.

Em contextos de alta mobilidade e fluxo constante de pessoas em trânsito, a estada é curta, mas o cenário é de emergência contínua (crise prolongada, desastres recorrentes) e o uso do alojamento pode prolongar-se por anos. A rotatividade das pessoas alojadas é frequente, portanto, os espaços devem ser adaptados a circunstâncias mutáveis, conforme o número e o perfil das pessoas que procuram alojamento. Isto requer, entre outras coisas, espaços flexíveis e adaptáveis, bem como o uso de materiais resistentes e de fácil limpeza.



Estada longa:

No caso em que seja estimada uma estada maior a 14

noites, é preciso adaptar os espaços para a vida cotidiana habilitando áreas para atividades de acordo com os perfis das pessoas alojadas. Em termos de espaço, isso implica a criação de um amplo programa de serviços com espaços dedicados; uso de materiais duradouros; uma oferta de serviços que permita um vínculo maior com a comunidade de acolhida; e a adaptabilidade das áreas comuns para poder absorber um maior número de pessoas em momentos pontuais da contingência.

Capacidade de um Alojamento Coletivo Temporário



A capacidade de um Alojamento Coletivo Temporário é medida por número de leitos. A capacidade está diretamente condicionada pelo tempo de estada. Por exemplo, um alojamento com 10 leitos e com tempo de estada de 15 noites abrigará 20 pessoas por mês, enquanto o mesmo alojamento com um tempo de estimado de estada de duas noites abrigará 150 pessoas por mês.

CAPACIDADE:

$$20 \text{ } \img alt="bed icon" data-bbox="95 388 142 422" \times 15 \text{ DIAS} = 40 \text{ } \img alt="person icon" data-bbox="268 388 282 418" \text{ / MÊS}$$

Para determinar a capacidade de um Alojamento Coletivo Temporário, é preciso levar em conta as seguintes variáveis, em ordem hierárquica:

Tempo de estada: quanto maior o tempo de estada, maior a necessidade de serviços. Isso se traduz em maior número de espaços que serão destinados para essas funções e não para dormitórios.

Localização do alojamento: os serviços requeridos pelos usuários do alojamento podem ser complementados com os serviços existentes nas proximidades do local, liberando os espaços do alojamento para ser usados como dormitórios.

A finalidade última ao desenhar, construir ou reabilitar locais que assumam a função de Alojamento Coletivo Temporário é criar espaços de proteção





Avaliar o impacto que têm
as decisões espaciais no bem-estar
das pessoas atendidas.

3

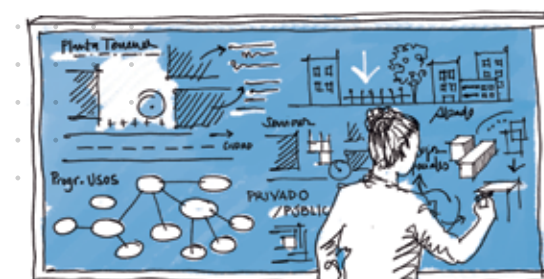
Recomendações para o desenho de um Alojamento Coletivo Temporário

Metodologia de desenho



Uma vez levadas em conta as considerações estratégicas expostas no segundo capítulo, incluindo a definição do local do alojamento, a relação com o entorno, a tipologia de resposta da edificação e o tempo de estada previsto para os usuários, podemos abordar o desenho do alojamento.

Os princípios de desenho apresentados neste manual são relevantes para a concepção de estruturas tanto de emergência quanto de caráter permanente, independentemente das tipologias construtivas e do tipo de resposta.



- 1o TERRENO +
- 2o CONSIDERAÇÕES ESTRATÉGICAS + TIPOLOGIA + DURAÇÃO DA ESTADIA



- 3o PRINCÍPIOS DE DESENHO



i O processo de planejamento espacial de um Alojamento Coletivo Temporário poderia se pensar a partir de uma ordem lógica, partindo da definição de um programa de usos (necessidades espaciais), a definição de um percurso espacial que sirva para estabelecer um fluxo (sucessão de atividades), a distinção de zonas públicas e privadas e, por fim, a definição de uma proposta física e espacial.

O alojamento deve seguir um desenho funcional adaptado às necessidades e aos perfis das pessoas alojadas com foco em garantir os objetivos dos princípios reitores de Proteção, Saúde e Meio Ambiente expostos do segundo capítulo.

Ao longo de anos de experiência no desenvolvimento de Alojamentos Coletivos Temporários, podemos concluir que existe uma relação direta entre a exposição a riscos de proteção e a distribuição física e espacial dos Alojamentos Coletivos Temporários. São muitos os riscos de proteção que podem ser minimizados com um desenho espacial apropriado.

i As recomendações a seguir têm foco no usuário e buscam, entre outras coisas, (i) reduzir os riscos de Violência de gênero (VG) produto da superlotação e da falta de segregação e de segurança nos dormitórios e nos sanitários; (ii) assegurar medidas de prevenção e resposta a desastres; (iii) garantir espaços suficientes para o desenvolvimento de atividades em prol do bem-estar das pessoas, que muitas vezes já estão em situação de alta vulnerabilidade. Finalmente, um usuário respeitado e alojado em condições dignas facilitará a gestão e o manejo do espaço e colaborará com uma convivência harmônica.

É determinante conhecer o tempo de estada e o propósito do Alojamento Coletivo Temporário. Isto definirá os serviços necessários: a maior tempo de estada, maior número de serviços. **É importante lembrar que, para cada decisão tomada durante o processo de desenho, precisamos nos perguntar quais as implicações em termos de Proteção, Saúde e Meio Ambiente.**

Análise das necessidades, usos e percursos



As condições que o alojamento precisa oferecer são analisadas pelos responsáveis da gestão do Alojamento Coletivo Temporário em conjunto com os demais parceiros que prestam serviços no local, estabelecendo um programa de usos e estudando os percursos lógicos para que o funcionamento do abrigo seja prático.

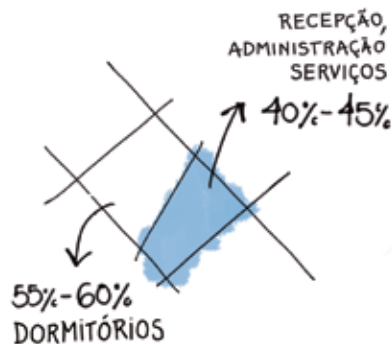
Os Alojamentos Coletivos Temporários costumam ter quatro zonas de requerimentos espaciais de acordo com os usos: (i) zona de acolhimento, (ii) Zona de Dormitórios, (iii) Zona de Áreas Comuns e (iv) Zona de Administração e Serviços.

Estas necessidades devem traduzir-se em características espaciais específicas interligadas por um roteiro funcional.

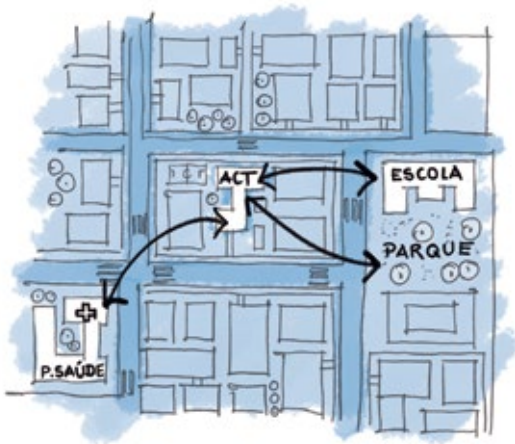
Composição de um Alojamento Coletivo Temporário



- A superfície ou área da Edificação / Local de Emergência será determinante na hora de definir os requerimentos espaciais do alojamento. A relação costuma ser a seguinte: os dormitórios frequentemente requerem de 55% a 60% da área total do alojamento, enquanto, as áreas comuns e administrativas ocupam de 40% a 45% da superfície.



- Os serviços previstos podem ser complementados com equipamentos existentes nas proximidades do Alojamento Coletivo Temporário — refeitórios sociais, escolas, quadras esportivas etc.— por meio de acordos com outras instituições e organizações.



Considerar oferecer à comunidade de acolhida a possibilidade de acessar certos serviços disponíveis no alojamento.

Critérios de desenho

Princípios gerais

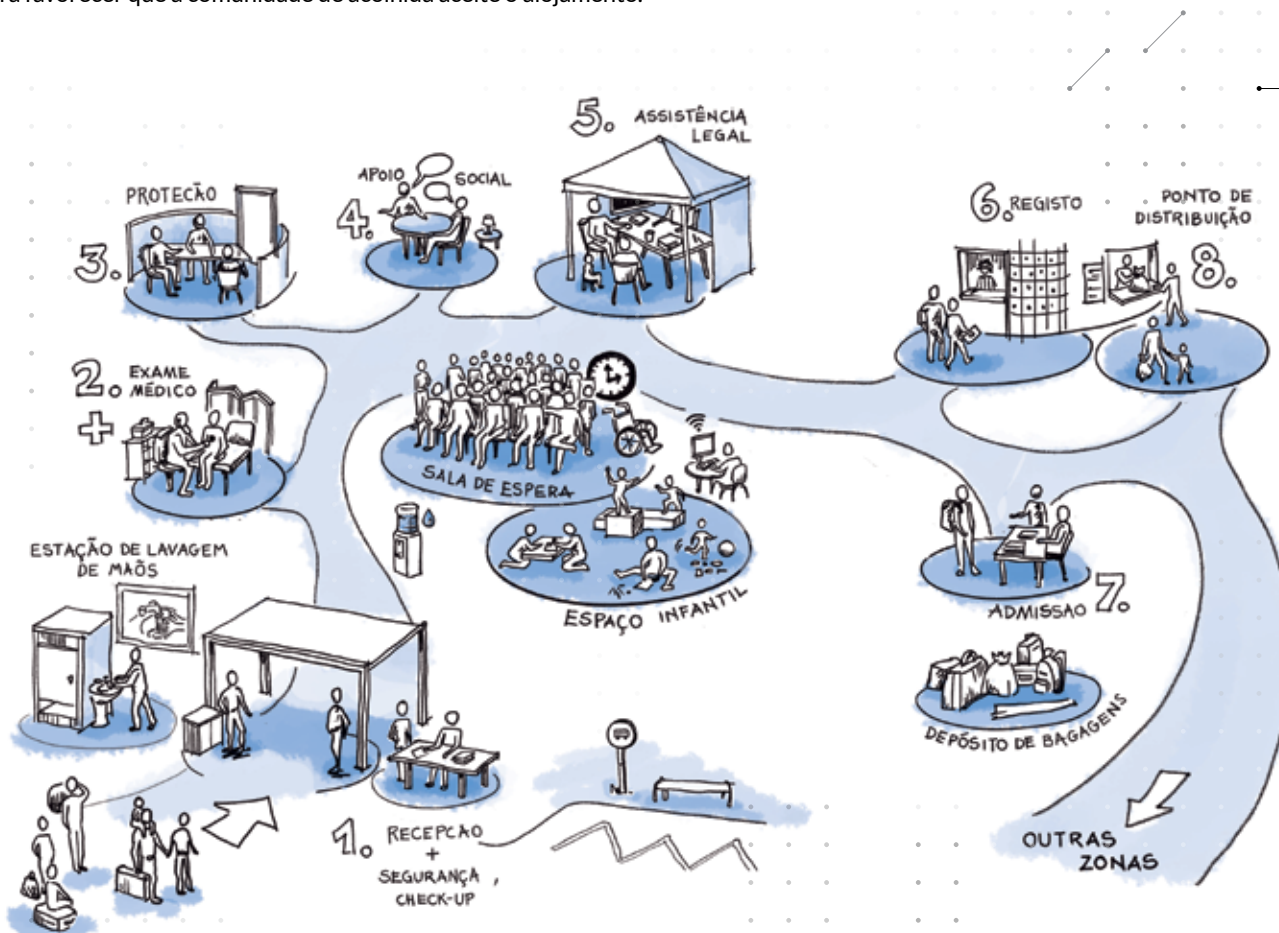
- As decisões espaciais têm como principal objetivo minimizar os riscos de proteção da população alojada, em particular os riscos associados a Violência de gênero (VG).
- As zonas e espaços garantem a segurança das pessoas. Por isso, contam com medidas de proteção adequadas para evitar acidentes ou lesões durante o uso dos espaços, bem como com meios de evacuação e demais disposições para a preparação, atenção e resposta a emergências, conforme a normativa local.
- Os critérios de desenho e os materiais utilizados preveem riscos de produção e propagação de incêndios, conforme a normativa local. No caso dos Locais de Emergência, é preciso garantir uma distância mínima entre as estruturas de emergência de pelo menos duas vezes a altura delas. Por exemplo: uma estrutura de 2,5 metros de altura deve ter 5 metros de separação da seguinte.
- Os espaços e os serviços oferecidos são acessíveis para todas as pessoas, sem ônus de qualquer tipo de deficiência que possam ter ⁴.
- Os espaços são adequadamente iluminados e ventilados de acordo com a finalidade do seu desenho, idealmente de forma natural.
- As zonas contam com acesso a água e saneamento básico.
- Os espaços têm um sistema de coleta de resíduos sólidos adaptado ao tipo e volume de resíduos gerado.

i O alojamento costuma incluir, como mínimo, os espaços e serviços mostrados a continuação. Quanto maior o tempo de estada das pessoas, mais serviços e espaços deverão ser incluídos.

⁴ Federação Internacional de Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC), Todas las Personas Bajo un Mismo Techo: Alojamientos y Asentamientos de Emergencia Inclusivos, Ginebra, 2015.

i. Zona de Acolhimento

Área semipública para a recepção de pessoas solicitantes de alojamento que permite a prestação de um serviço digno, eficaz e seguro, garantindo espaços amplos e percursos claros. A ordem dos requerimentos espaciais pode variar de acordo com o contexto. Esta zona pode prestar serviços a pessoas não alojadas no recinto, incluindo pessoas de interesse e da comunidade do entorno. Isto irá favorecer que a comunidade de acolhida aceite o alojamento.



Requerimentos espaciais

- **Zona de chegada (externa).**
 - Zona de chegada de ônibus.
 - Acesso a ponto de lavagem de mãos.
 - Acesso a sanitários.
- **Acesso / Entrada.**
 - Checagem de segurança.
 - Sala de espera coberta.
 - Ponto de hidratação.
 - Área para crianças.
 - Acesso a sanitários.
 - Acesso a carga de celulares e internet.
 - Recepção e informação.
 - Identificação de casos de Proteção / Encaminhamento.
 - Manejo de casos de Proteção.
 - Assistência jurídica.
 - Assistência psicossocial, espaço de escuta.
 - Soluções duradouras.
 - Conectividade / Reunificação familiar.
 - Check-up médico / Encaminhamento.
 - Cadastro.
 - Depósito de bagagens / Guarda-volumes.
 - Área de distribuição de itens domésticos.
 - Admissão.
 - Acesso a ponto de lavagem de mãos.
 - Acesso a sanitários.

Recomendações-chave



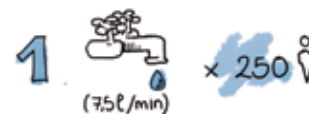
- Prever que a área de acesso — mesmo que estiver localizada fora das instalações da Edificação / Local de Emergência — seja protegida do trânsito de automóveis e de outros riscos possíveis. Comumente, nesta zona há filas de pessoas esperando a abertura do abrigo ou aguardando para ingressar. Este espaço deveria contar com áreas de sombra e se beneficiaria, ainda, com a inclusão de sanitários e de pontos de lavagem de mãos e hidratação.
- O fluxo do ponto de entrada até o último ponto do circuito — a admissão — deve ser claro e ordenado. A ordem lógica deste circuito passa pelas seguintes áreas: Checagem de segurança, Proteção / Encaminhamento, Check-up médico / Encaminhamento, Assistência Psicossocial, Assistência jurídica, Soluções duradouras, Conectividade / Reunificação familiar. Cadastro, Depósito de bagagens, Admissão e Distribuição de itens domésticos. O circuito todo deve contar com uma área de espera coberta com acesso a sanitários.
- A área de espera deve incluir uma área de lazer infantil protegida.
- Considerar prestar serviços para a comunidade circundante ou para pessoas de interesse não alojadas no recinto
- Considerar oferecer um lanche durante a espera, especialmente se as pessoas que chegam vêm de viagens longas e cansativas. Nesse sentido, se a estrutura permitir, seria conveniente ter uma conexão direta e controlada entre a zona de recebimento e a zona de refeitório.
- É preciso garantir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida.
- Garantir que os espaços possuam equipamentos, meios de evacuação e outras disposições para a preparação, atenção e resposta a emergências, conforme a normativa vigente.
- Garantir que toda janela, varanda, sacada e escada possua guarda-corpos concebidos para a proteção das crianças. Estas estruturas não devem ser escaláveis nem ter vazios que representem um risco de queda.
- É preciso assegurar o acesso a sanitários organizados e separados por gênero (incluindo algum para gênero neutro). Eles devem oferecer privacidade e a possibilidade de trancar por dentro.
- É preciso garantir sanitários para os funcionários.
- Fornecer pelo menos um sanitário adaptado para pessoas com mobilidade reduzida.

Áreas

Recomendações

Entrada e controle de segurança

- Guarita ou similar para a pessoa responsável da segurança. Levantar em conta o condicionamento térmico deste espaço de acordo com o clima. Considerar acesso a eletricidade para instalação de telas, câmeras ou outros elementos relacionados com a segurança do estabelecimento.
- Prever uma área exterior de pré-ingresso coberta e protegida para os veículos. Recomenda-se cobrir esta área para protegê-la de sol e chuva.
- Instalação de um ponto de água para a lavagem de mãos e ponto de hidratação.



- Garantir o acesso a sanitários.



Recepção Sala de espera

- Espaço amplo, coberto e central para a localização de cadeiras.
- Considerar fornecer uma área de lazer infantil perto da sala de espera, para que as crianças possam ser supervisionadas pelos pais.
- Considerar o fornecimento de eletricidade para carga dos celulares dos usuários.

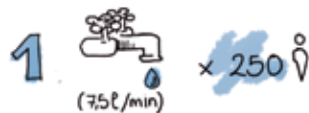
Proteção Sala privada para a gestão de casos

- Espaço para entrevistas em particular, para tratar de temas de forma discreta. Calcular um mínimo de 3,5 m² por pessoa no espaço, com isolamento acústico e visual, próximo da área de recepção e espera.
- Por motivos de segurança, é conveniente que o espaço tenha dois acessos separados, um para quem atende e outro para quem é atendido.

Saúde

- Estabelecer um espaço para o atendimento básico de saúde. Este deve servir tanto as pessoas de novo ingresso (screening) como as pessoas já alojadas.
- Espaço privado, com fechamento fosco e porta com fechadura por dentro.
- Espaço suficiente para colocar mesa, cadeiras, maca, mesinha auxiliar, armário com fechadura, estante e pia adaptável para bebês, meninas e pessoas com mobilidade reduzida.

- Incluir um espaço seguro para os resíduos médicos e biológicos, bem como para o lixo comum.
- Considerar a possibilidade de reservar uma sala com sanitário para o isolamento de eventuais casos de doenças contagiosas, como a Covid.
- Proporcionar um ponto para a lavagem de mãos.



Apoio psicossocial / Espaço de escuta

- Espaço para entrevistas em particular, para tratar de temas de forma discreta. Calcular um mínimo de 3,5 m² por pessoa em um espaço com isolamento acústico e visual, próximo da área de recepção e espera.
- De preferência, garantir um espaço agradável e confortável com iluminação natural e boa ventilação.

Atendimento jurídico

- Espaço para entrevistas em particular, para tratar de temas de forma discreta. Calcular um mínimo de 3,5 m² por pessoa em um espaço com isolamento acústico e visual, próximo da área de recepção e espera.
- Incluir um espaço informativo, como lousa, quadro de avisos, vitrine etc., onde colocar a informação mais relevante.

Soluções duradouras

- Considerar oferecer um espaço que permita realizar atividades relacionadas com a transição e saída das pessoas de interesse do Alojamento Coletivo Temporário para soluções duradouras. Por exemplo, um espaço onde sejam realizadas atividades de programas de integração local, meios de vida, transferências de dinheiro, subsídios de aluguel, entre outros.

Conectividade

- Considerar oferecer um espaço com pelo menos 3 computadores com acesso à internet para facilitar a comunicação dos usuários e promover, assim, a reunificação familiar, o acesso a meios de vida, entre outros.

Cadastro

- Espaço para entrevistas em particular, para tratar de temas de forma discreta. Calcular um mínimo de 3,5 m² por pessoa em um espaço, com isolamento acústico e visual, próximo da área de recepção e espera.
- Por motivos de segurança, é conveniente que o espaço tenha dois acessos separados, um para quem atende e outro para quem é atendido. Cabe usar divisórias protetoras para evitar possíveis contágios.

- Para calcular o número de pontos de atendimento, cabe partir da seguinte premissa: um cadastro básico de emergência com biometria leva de 5 a 7 minutos. Se o fluxo de atendimento for de 100 pessoas por dia, serão necessários 700 minutos (ou seja, 11,6 horas). Portanto, se houver 3 pontos de atendimento, serão necessárias aproximadamente 4 horas (3,8 horas) para completar o processo de cadastro.

Admissão

- Espaço/balcão para designação das acomodações.

Depósito de bagagens / Guarda-volumes

- Espaço amplo que permita o armazenamento das bagagens das pessoas de forma segura e ordenada, considerando pelo menos 1m³ de volume de armazenamento por pessoa alojada. Deverá ser implementado um cadastro de entrada e saída de itens.
- A porta precisa ser segura e com fechadura.
- Não precisa de iluminação natural, mas sim de ventilação.

Distribuição de itens domésticos

- Espaço tipo armazém com balcão onde são depositados itens domésticos, como kits de higiene pessoal e outros, para serem distribuídos.

Sanitários (para mais informação, consultar ponto v – Serviços Higiénicos, p. 30)

- Sanitários separados por gênero, com pia e acesso a partir da área de recepção e espera. Para o cálculo do número de peças, seguir a normativa nacional ou, na falta, garantir pelo menos 1 peça para cada 20 usuários.



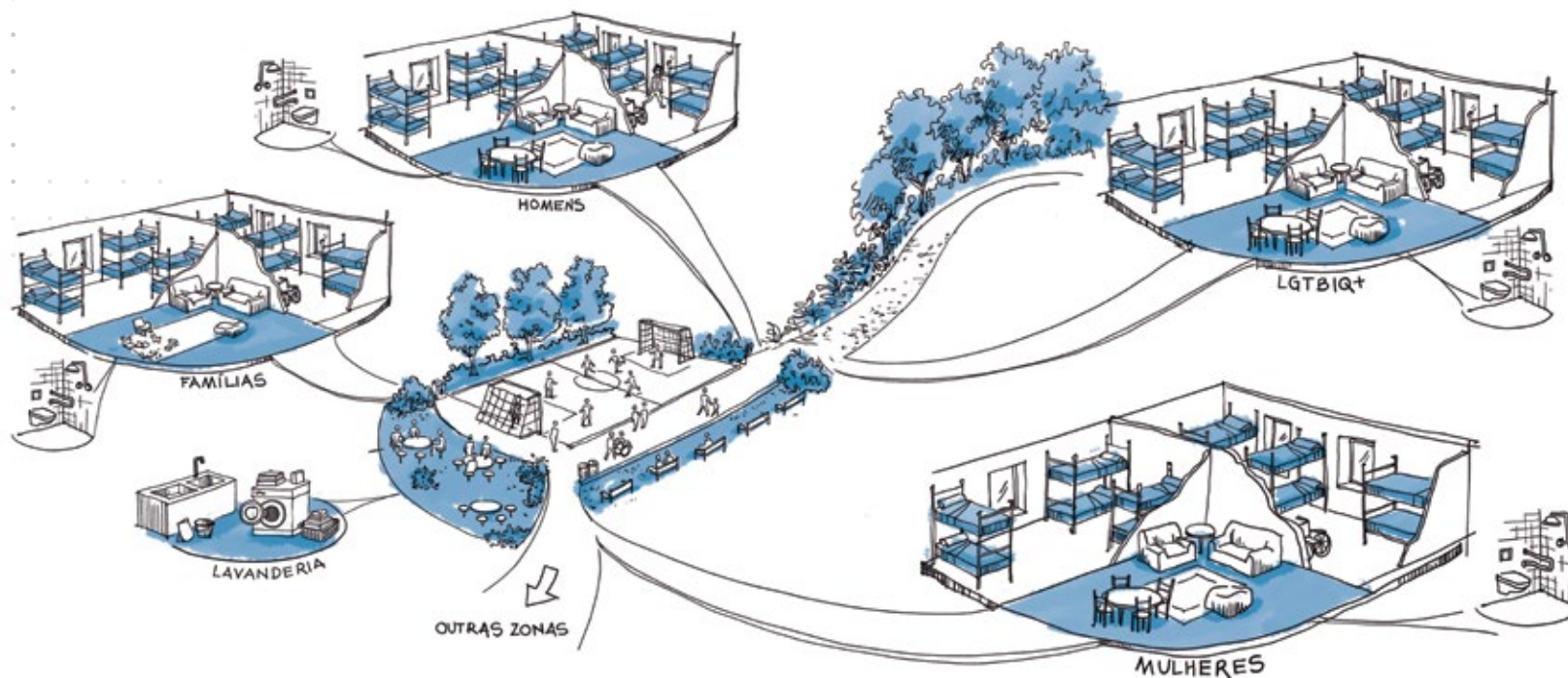
- Privacidade e segurança: os sanitários devem ser separados por unidade, com divisórias e portas que possam ser trancadas por dentro. O acesso aos sanitários precisa ser evidente, sem recantos ou entradas escondidas que representem um risco para a Proteção dos usuários.
- No caso de edificações / estruturas separadas, elas não devem criar zonas ocultas que coloquem em risco a Proteção das pessoas que usufruem do alojamento.
- Acessibilidade: garantir pelo menos um sanitário adaptado para pessoas com mobilidade reduzida.





ii. Zona de dormitórios

Área privada exclusiva para as pessoas alojadas. São organizadas segundo os perfis dos usuários, pelo que é recomendado contar com dormitórios para famílias, mulheres e crianças, homens, coletivo LGBTQIA+⁵ e outros grupos com necessidades específicas de proteção. É preciso contar com condições espaciais e climáticas adequadas para o descanso, a privacidade e a segurança das pessoas. Os dormitórios terão acesso direto a sanitários, onde os usuários poderão satisfazer as necessidades básicas diárias de forma segura e digna.



Requerimentos espaciais

- **Dormitórios organizados e separados por grupos e gênero.**
 - Dormitórios para famílias com sanitários exclusivos para elas.
 - Dormitórios para mulheres e crianças.
 - Dormitórios para homens.
 - Dormitórios para o coletivo LGBTQIA+.
 - Acesso a sanitários e chuveiros.
 - No caso de Locais (centros de trânsito e recepção), acesso a espaços sociais de menor escala protegidos do clima.

⁵ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Transexuais, Travestis, Intersexuais, Assexuais e Queers.

Recomendações-chave

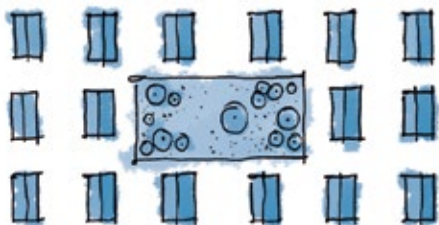


- É preciso favorecer a conformação de dormitórios para grupos reduzidos que garantam espaços não superlotados, íntimos e dignos. Deve evitar-se a criação de dormitórios massivos que costumam expor os usuários a riscos de proteção.
- Visando minimizar os riscos de Violência de Gênero, a separação física por gêneros/grupos entre dormitórios, sanitários e chuveiros deve respeitar uma distância considerável que permita identificar claramente a presença de homens em zonas de mulheres, grupos LGBTQIA+, e outros grupos com necessidades específicas de proteção.
- Nos casos em que não for possível garantir uma distância considerável, é preciso assegurar o uso de materiais de construção resistentes que não possam ser forçados com facilidade.
- O acesso aos dormitórios, sanitários e chuveiros deve ser seguro a qualquer momento do dia e da noite, e ter boa iluminação.
- É preciso garantir suficiente ventilação e iluminação natural nos dormitórios (fazer referência aos indicadores recomendados na tabela seguinte).
- No caso de desenho de um Local de Emergência, recomenda-se a criação de comunidades (módulos ou clústeres de até 16 dormitórios) com acesso a um espaço social de menor escala que sirva como ponto diurno de encontro e como espaço de desabafo, onde as crianças possam brincar perto dos pais.
- O acesso de pessoas com mobilidade reduzida deve ser garantido.
- Garantir que os espaços possuam equipamentos, meios de evacuação e demais disposições para a preparação, atenção e resposta a emergências, conforme a normativa vigente.
- Garantir que toda janela, varanda, sacada e escada possua guarda-corpos concebidos para a proteção das crianças. Estas estruturas não devem ser escaláveis nem ter vazios que representem um risco de queda.
- É preciso assegurar o acesso a sanitários organizados e separados por gênero (incluindo algum para gênero neutro). Eles devem oferecer privacidade e a possibilidade de trancar por dentro.
- Garantir pelo menos um sanitário adaptado para pessoas com mobilidade reduzida.
- Deve-se garantir o acesso a chuveiros separados por gênero (incluindo algum para gênero neutro). É preciso garantir a privacidade, inclusive para se despir e vestir, e devem ter tranca por dentro.

Temática	Recomendações
Proteção	<p>O idóneo são os dormitórios familiares com sanitário incorporado. Se não for possível, os espaços devem estar separados por gênero ou grupos específicos, permitindo às crianças estarem com familiares adultos.</p> <p>A preferência é que os dormitórios alojem um máximo de 6 pessoas. Se o número for maior, recomenda-se não ultrapassar as 12 pessoas, entendendo que cada pessoa deve ter um leito independente separado por pelo menos 1.5 metros do leito contíguo.</p> <p>Para pavilhões maiores (espaços coletivos) devem ser utilizadas divisórias internas a cada 6-8 pessoas, para garantir a privacidade.</p> <p>Os dormitórios devem contar com espaço de armário para cada pessoa alojada</p>
Superfície e densidade	<ul style="list-style-type: none"> • Cada pessoa alojada deve contar com pelo menos 3.5 m² cada uma no dormitório.
Abordagem diferenciada	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar as preferências culturais de grupos específicos, por exemplo povos indígenas, na hora de escolher a organização do dormitório e a forma de dormir (redes vs. camas).
Circulação	<ul style="list-style-type: none"> • O espaço entre os leitos deve ser de pelo menos 1.5 metros. A disposição entre os leitos deve alternar entre pés e cabeça.
Acessibilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida.
Acondicionamento (ventilação, iluminação, acústica)	<ul style="list-style-type: none"> • Pelo menos 10% da superfície do cômodo dos dormitórios deve corresponder a janelas que garantam a iluminação natural, ou seja, pelo menos 1m² de janela a cada 10m² de superfície. Os dormitórios também precisam ter suficiente iluminação artificial à noite. • Pelo menos 5% da superfície do cômodo dos dormitórios deve corresponder a aberturas que garantam a ventilação natural, ou seja, pelo menos 0.5m² de abertura a cada 10m² de superfície. A ventilação cruzada seria uma vantagem para a renovação do ar. Isto pode ser feito com a colocação de fendas nas portas. Se preciso, considerar a instalação de ventiladores ou exaustores mecânicos. • Favorecer zonas de barulho controlado que facilitem o descanso.

Espaço social de menor escala. (comunidade)

- No caso de um Local de Emergência, recomenda-se um desenho modular de comunidades de até 16 dormitórios, com área social própria de menor escala.



Sanitários (para mais informação, consultar ponto v – Serviços Higiênicos, p. 30)

- Sanitários separados por gênero, com acesso a pias. Para o cálculo do número de peças, seguir a normativa nacional ou, na falta, garantir pelo menos 1 peça para cada 20 usuários, a não mais de 50 metros dos dormitórios.



- Privacidade e segurança: os sanitários devem estar separados por unidade, com divisórias e portas que possam ser trancadas por dentro. O acesso aos sanitários precisa ser evidente, sem recantos ou entradas escondidas que representem um risco para a Proteção dos usuários.
- No caso de edificações / estruturas separadas, elas não devem criar zonas ocultas que coloquem em risco a Proteção das pessoas que usufruem do alojamento.
- Acessibilidade: garantir pelo menos um sanitário adaptado para pessoas com mobilidade reduzida.



Chuveiros (para mais informação, consultar ponto v – Serviços Higiênicos, p. 30)

- Chuveiros separados por gênero. Para o cálculo do número de peças, seguir a normativa nacional ou, na falta, garantir pelos menos 1 peça para cada 20 usuários, a não mais de 50 metros dos dormitórios.



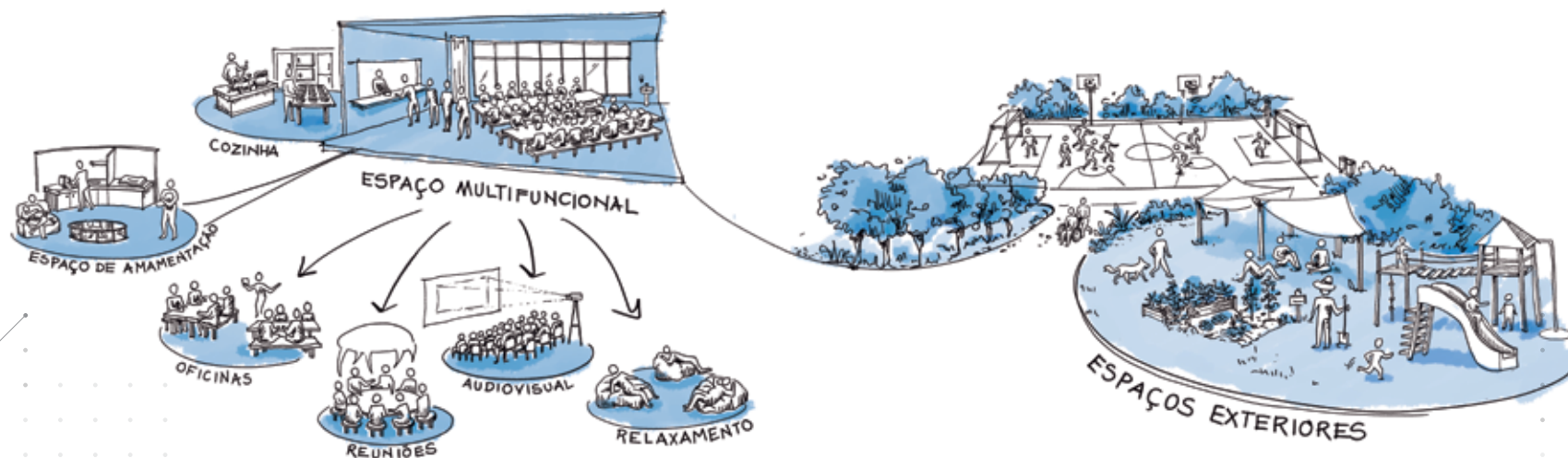
- Privacidade e segurança: os chuveiros devem estar separados por unidade, com divisórias e portas que possam ser trancadas por dentro. O acesso aos sanitários precisa ser evidente, sem recantos ou entradas escondidas que representem um risco para a Proteção dos usuários.
- No caso de edificações / estruturas separadas, elas não devem criar zonas ocultas que coloquem em risco a Proteção das pessoas que usufruem do alojamento.
- Garantir espaço seco dentro do serviço para a troca de roupa em privado.
- Acessibilidade: garantir pelo menos um chuveiro adaptado para pessoas com mobilidade reduzida.



Visando minimizar os riscos de Violência de gênero, a separação física por gêneros/grupos entre dormitórios, sanitários e chuveiros deve respeitar uma distância considerável que permita identificar claramente a presença de homens em zonas de mulheres, grupos LGBTQIA+, e outros grupos com necessidades específicas de proteção.

iii. Zona de áreas comuns

Área social que garante às pessoas alojadas a satisfação das suas necessidades básicas de alimentação, saúde, desenvolvimento social, lazer e atividades orientadas aos meios de vida, com respeito da sua dignidade e fornecendo a elas segurança, iluminação, conforto térmico, ventilação adequada e bem-estar.



Requerimentos espaciais

- **Espaço multifuncional. Interior ou exterior coberto, protegido das inclemências do tempo.**
 - Área de refeitório
 - Área de lazer, terapia ocupacional
 - Área multifuncional
 - Acesso a ponto de lavagem de mãos
 - Acesso a sanitários
- **Espaço amigável / protetor para crianças e adolescentes. Interior ou exterior coberto.**
 - Acesso a sanitários exclusivos para crianças
- **Espaço de amamentação, exclusivo para mulheres lactantes.**
- **Espaço para a preparação e distribuição de alimentos.**
 - Área de cozinha para a preparação de alimentos no exterior do alojamento
 - Área de cozinha para os usuários
 - Área de distribuição de alimentos. Caso seja previsto oferecer alimentos já preparados, é preciso dispor de uma área de distribuição que garanta o fornecimento ordenado e higiênico.
- **Área/quadras esportivas para adolescentes, mesmo que sejam espaços pequenos, por exemplo uma cesta de basquete.**
- **Espaço de lazer ao ar livre adaptado aos perfis e às necessidades dos diferentes grupos de pessoas que irão se alojar (por exemplo: área de lazer infantil, espaços familiares e de socialização).**

Recomendações-chave



- Os espaços sociais, áreas de sombra, áreas de lazer, espaços protetores de crianças, entre outros, são fundamentais para o bem-estar e a harmonia das pessoas alojadas.
- Quanto maior seja o tempo de estada, maior o número de serviços que devem ser oferecidos. Isto resultará em necessidades espaciais que deverão ser satisfeitas dentro do alojamento ou, quando possível, complementadas na comunidade circundante.
- É preciso garantir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida.
- Garantir que os espaços possuam equipamentos, meios de evacuação e outras disposições para a preparação, atenção e resposta a emergências, conforme a normativa vigente.
- Garantir que toda janela, varanda, sacada e escada possua guarda-corpos concebidos para a proteção das crianças. Estas estruturas não devem ser escaláveis nem ter vazios que representem um risco de queda.
- O acesso a pias deve ser garantido.
- É preciso assegurar o acesso a sanitários organizados e separados por gênero (incluindo algum para gênero neutro). Eles devem oferecer privacidade e a possibilidade de trancar por dentro.
- É preciso garantir sanitários para os funcionários.
- Garantir pelo menos um sanitário adaptado para pessoas com mobilidade reduzida.

Áreas	Recomendações
Espaço multifunção, refeitório, sala de reuniões	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço amplo de vocação multifuncional. Em estruturas com espaço limitado, esta zona servirá para realizar diversas atividades grupais. Portanto, deve ser um espaço flexível, bem iluminado e ventilado com acesso centralizado, tanto da zona de recebimento quanto dos dormitórios. • Garantir acesso a pontos de lavagem de mãos. • Refeitório. Para a zona das mesas, calcular um mínimo de 1.5m² por pessoa. • Os alimentos costumam ser servidos na modalidade “self-service”. Para isso, é preciso garantir uma zona de distribuição de alimentos, de preferência conectada com a área de cozinha. Assegurar superfícies sanitárias, de fácil limpeza.

Audiovisual, Oficinas, Espaço lúdico

- Se houver espaço suficiente, cabe conceber um segundo espaço acondicionado para exibir audiovisuais e ministrar oficinas. Caso contrário, estas atividades podem ser realizadas no espaço multifuncional / refeitório.

Espaço amigável. Espaço protetor de crianças.

- Espaço lúdico exclusivo para crianças e adolescentes, desenhado para seu tamanho.
- Deve incluir serviços específicos para a atenção de bebês (0 a 2 anos), amamentação, cantinho do desenvolvimento infantil precoce, cantinho para crianças de até 12 anos, espaço para adolescentes (nessa idade, já pode ser consideradas inquietações relacionadas ao gênero).
- Considerar, além das necessidades e da adaptação do espaço para crianças com problemas de mobilidade, outras deficiências ou cuidados especiais.
- É recomendável o desenho de um espaço luminoso, alegre e colorido.
- É recomendável incluir um ponto de lavagem de mãos e sanitários exclusivos para este espaço.
- Todos os elementos construtivos, além do mobiliário e dos equipamentos para brincar, devem estar adaptados às idades e às necessidades de este grupo populacional (quanto à altura, possíveis acidentes e facilidade de uso).

Espaço para amamentação.

- Espaço privado e tranquilo, com entrada limitada.
- Deve possuir uma pia e um espaço para troca de fraldas (ou um espaço dedicado próximo).
- É recomendável ter iluminação natural e boa ventilação.
- Mobiliário confortável para uma boa posição na amamentação.
- Pode estar vinculado com o espaço amigável para as crianças.

Cozinha

- As refeições podem ser fornecidas por meio de um serviço de catering ou preparadas no alojamento.
- Independentemente da modalidade, é importante contar com um ponto de distribuição de alimentos adequado e higiênico.
- Caso seja prevista a preparação de alimentos no alojamento, é preciso contar com um fogão que siga a normativa local, com superfícies sanitárias e apropriada instalação de fontes de energia. Deve estar em condições de aprovar uma inspeção sanitária das autoridades competentes.
 - Desenhar uma área para a lavagem da louça, seja uma pia ou um lava-louças, incluindo uma área para a secagem.
 - Boa ventilação, tanto natural quanto forçada.

- Incluir suficientes tomadas considerando os eletrodomésticos que vão ser usados e a voltagem requerida: congelador, forno elétrico, micro-ondas, fogão de indução e pequenos eletrodomésticos que possam ser necessários (batedeira, liquidificador, processador de alimentos, chaleira, etc.).
- Incluir pontos ecológicos para a separação de resíduos: aproveitáveis (recicláveis), não aproveitáveis e orgânicos aproveitáveis. Incluir uma lixeira ou contêiner só para plásticos, para facilitar a sua reciclagem.
- O material das paredes e do chão em cômodos úmidos e cozinha deve ser facilmente lavável.
- Evitar o uso de combustíveis sólidos e querosene para cozinhar. Desenhar o espaço em função do combustível que irá ser usado e da normativa local).
- É preciso contar com um espaço de despensa para o armazenamento de alimentos. Se for um espaço independente, deve estar comunicado diretamente com a cozinha, ter porta com fechadura e boa ventilação.

Espaço Exterior

- Um espaço de lazer ao ar livre é fundamental para o bem-estar e a harmonia dos diferentes grupos que usufruem do alojamento. Eles devem ser adaptados de acordo com a idade, gênero e cultura, além do clima do lugar.
- Considerar mobiliário externo, bancos para descanso e socialização.

Esportes. Playground

- Quadra(s) esportiva(s) multiuso e poliesportivas.
- Espaço para fazer exercício.
- Playground com elementos adaptados às diferentes idades (escala). Esses espaços podem ser planejados com materiais simples, disponíveis localmente e até reciclados, como troncos, pneus, redes, paletes, tábuas, cordas, tubos. A localização do playground deve favorecer o controle dos pais.
- Os caminhos devem ser pavimentados ou acondicionados para facilitar a acessibilidade.

Espaço verde. Horta

- Considerar a possibilidade de criar uma horta coletiva.
- Considerar a possibilidade de incluir áreas com vegetação, incluindo árvores.
- Em edificações com limitações espaciais, considerar a criação de quintais e terraços.

Espaço para animais ⁶

- De acordo com a necessidade, habilitar áreas específicas, delimitadas e seguras para alojar animais de uso doméstico ou de estimação, seguindo a normativa de saúde pública vigente.
- Os espaços devem estar acondicionados para o tipo de animais que sejam alojados, resguardados de furtos, de predadores e das inclemências do clima.

Sanitários (para mais informação, consultar ponto v – Serviços Higiénicos, p. 30)

- Sanitários separados por gênero, com acesso a pias. Para o cálculo do número de peças, seguir a normativa nacional ou, na falta, garantir pelo menos **1 peça para 20 usuários, a não mais de 50 metros dos dormitórios.**



- Privacidade e segurança: os sanitários devem ser separados por unidade, com divisórias e portas que possam ser trancadas por dentro. O acesso aos sanitários precisa ser evidente, sem recantos ou entradas escondidas que representem um risco para a Proteção dos usuários.
- No caso de edificações / estruturas separadas, elas não devem criar zonas ocultas que coloquem em risco a Proteção das pessoas que usufruem do alojamento.
- Acessibilidade: garantir pelo menos um sanitário adaptado para pessoas com mobilidade reduzida.



Lavanderias comuns para a população alojada

- O alojamento deve ter pelo menos uma área de lavanderia para cada 50 pessoas, com tanques e/ou máquinas de lavar e varais e/ou secadoras.
- Analisar a necessidade de oferecer espaços separados por gênero, devido aos riscos de Violência de gênero.
- Garantir uma boa drenagem de água.

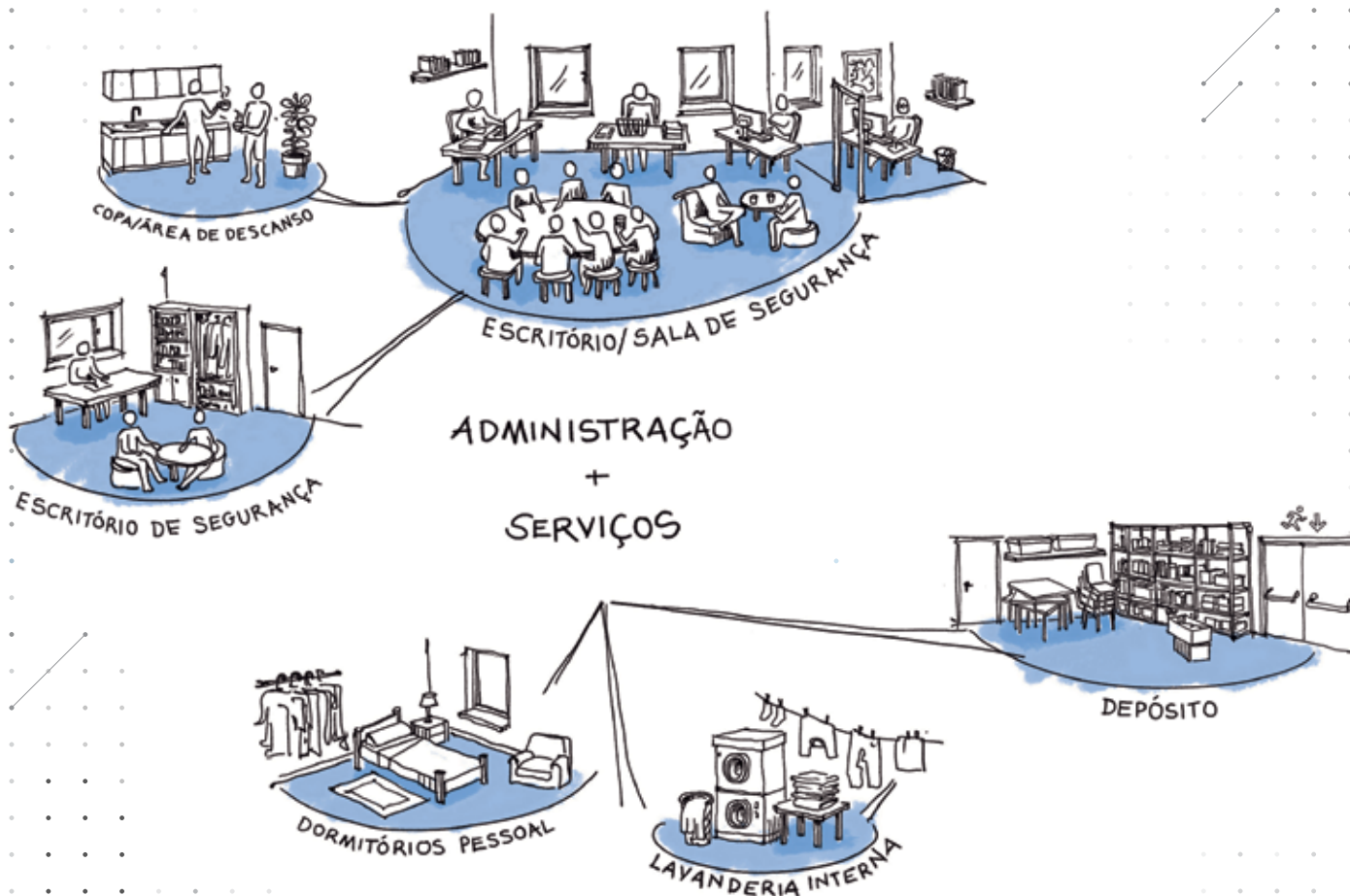


⁶ LEGS, Normas y Directrices para Intervenciones Ganaderas de Emergencia, segunda edição, Warwickshire, Practical Action Publishing Ltd - The Schumacher Centre, 2014.



iv. Zona de administração e serviços

Área privada para uso exclusivo dos funcionários. É preciso procurar um lugar de trabalho funcional, saudável e agradável, bem como áreas de serviço para garantir a manutenção do alojamento.



Requerimentos espaciais

- Escritórios para os funcionários responsáveis da gestão do Alojamento Coletivo Temporário.
- Escritórios para parceiros e outros atores relevantes na prestação de serviços.
- Sala de reuniões.
- Copa ou ponto de café / refeitório / descanso para os funcionários.
- Escritório para o pessoal de segurança.
 - Acesso a sanitários.
- Dormitórios para os funcionários.
 - Acesso a sanitários e chuveiros.
- Armazém / Depósito principal.
 - Entrada de serviço, zona de carga e descarga.
- Depósito de limpeza com lavador de esfregões e panos.
- Lavanderia interna.
- Zona de estacionamento.

Recomendações-chave



- Área protegida, conectada principalmente com a zona de acolhimento, e, se possível, com acesso independente da rua, a fim de garantir a segurança tanto dos funcionários quanto do depósito principal do alojamento.
- É preciso garantir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida.
- Garantir que os espaços possuam equipamentos, meios de evacuação e outras disposições para a preparação, atenção e resposta a emergências, conforme a normativa vigente.
- Garantir que toda janela, varanda, sacada e escada possua guarda-corpos concebidos para a proteção das crianças. Estas estruturas não devem ser escaláveis nem ter vazios que representem um risco de queda.
- Deve-se garantir acesso a pias.
- É preciso assegurar o acesso a sanitários organizados e separados por gênero (incluindo algum para gênero neutro). Eles devem oferecer privacidade e a possibilidade de trancar por dentro.
- Deve-se garantir sanitários para os funcionários.
- Fornecer pelo menos um sanitário garantido para pessoas com mobilidade reduzida.

Áreas	Recomendações
Escritórios para a equipe de gestão do alojamento	• Espaço para escritórios. Estimar pelo menos duas estações de trabalho. Calcular um mínimo de 7 m² por pessoa .
Escritórios para parceiros	• Espaço para escritórios. Calcular um mínimo de 3.5 m² por pessoa .
Sala de reuniões	• Adequar o espaço para reuniões com projetores e/ou lousas. Calcular um mínimo de 2 m² por pessoa .
Copa ou ponto de café / refeitório / descanso para os funcionários	<ul style="list-style-type: none"> • Dotar com mobiliário de refeitório e para o relaxamento pontual. • O espaço deve contar com acesso a água (pia) e um espaço para a preparação básica e aquecimento de refeições. • De preferência, o espaço deve contar com luz e ventilação natural e ser confortável.
Dormitório para os funcionários	<ul style="list-style-type: none"> • De preferência, procurar dormitórios individuais com acesso exclusivo a sanitário e chuveiro. • Pelo menos 10% da superfície do cômodo dos dormitórios deve corresponder a janelas que assegurem a iluminação natural e 5% a aberturas que garantam a ventilação natural.
Armazém / Depósito principal	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço para armazenar objetos e mobiliários situado preferivelmente perto de um acesso auxiliar para garantir bom funcionamento e segurança. • Garantir um espaço protegido das enchentes, corretamente iluminado e com sistemas contra incêndios.
Entrada auxiliar (secundária)	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer uma entrada auxiliar com acesso a veículos de carga. • Garantir um espaço protegido das enchentes, corretamente iluminado e com sistemas contra incêndios.
Depósito de limpeza. Lavador de esfregões e panos	<ul style="list-style-type: none"> • Depósito para itens de limpeza. • O espaço deve ser seguro. A entrada de crianças, adolescentes e pessoas alheias à atividade deve ser evitada porque haverá produtos tóxicos. Para isso, instalar porta com fechadura ou armários altos com fechamento. • Assegurar um espaço bem ventilado.

Lavanderia interna

- Espaço bem ventilado para a lavagem, secagem e passagem de tecidos de uso interno com tomada eléctrica, torneira e ralo para esgoto. (ver características no ponto 3.3.5).



- Contemplar a instalação de varais.

Sanitários (para mais informação, consultar ponto v – Serviços Higiênicos, p. 30)

- Sanitários separados por gênero, com acesso a pias. Para o cálculo do número de peças, seguir a normativa nacional ou, na falta, garantir pelo menos 1 peça para 20 usuários, a não mais de 50 metros dos dormitórios.



- Privacidade e segurança: os sanitários devem ser separados por unidade, com divisórias e portas que possam ser trancadas por dentro. O acesso aos sanitários precisa ser evidente, sem recantos ou entradas escondidas que representem um risco para a Proteção dos usuários.
- No caso de edificações / estruturas separadas, elas não devem criar zonas ocultas que coloquem em risco a Proteção das pessoas que usufruem do alojamento.
- Acessibilidade: garantir pelo menos um sanitário adaptado para pessoas com mobilidade reduzida.



v. Instalações para serviços básicos

Instalações e redes mínimas necessárias para garantir o bom funcionamento do alojamento.

Requerimentos espaciais - considerações

• Água e saneamento básico

- Fornecimento de água
- Saneamento básico
- Manejo de resíduos sólidos

• Energia

• Conectividade

• Segurança e resposta a emergências

Recomendações-chave

- Seguir a normativa nacional ou, na sua ausência, recorrer a padrões internacionais como ESFERA ⁷ e o manual WASH do ACNUR ⁸ (siglas de Water, Sanitation and Hygiene: água, saneamento e higiene).
- As necessidades de água para consumir, cozinhar e para higiene pessoal e doméstica devem ser satisfeitas de forma adequada.
- É preciso garantir o fornecimento de água potável para o local (acampamento, abrigo etc.), seja por meio da rede pública, seja de uma fonte de água existente. Nesse caso, estudos e desenhos deverão ser feitos a fim de garantir a quantidade e qualidade de água adequadas.
- Identificar as possíveis fontes de abastecimento de água e os possíveis impactos ambientais que possam ser gerados, considerando a variações sazonais de oferta e demanda.
- É preciso garantir o manejo adequado de esgoto, águas pluviais e escoamento superficial, seja por meio da rede pública de esgoto ou da construção de um sistema de tratamento, gestão e evacuação.

- É preciso garantir o manejo adequado de resíduos sólidos por meio do desenho de um sistema de gestão que contemple a classificação e disposição correta em espaços apropriados, para posterior coleta pelas autoridades respectivas.
- O desenho das instalações deve considerar aspectos socioculturais da população objetivo. Também devem ser contemplados aspectos econômicos, tanto para a construção quanto para a operação e manutenção dos diferentes sistemas de águas e saneamento. É importante considerar a relação custo-benefício por beneficiário, bem como a vida útil dos sistemas WASH a serem implementados.
- Deve ser prevista a gestão de licenças e alvarás para a exploração de recursos hídricos e para o tratamento e escoamento de esgoto nas entidades responsáveis.
- É preciso garantir um entorno saudável e seguro por meio da gestão correta de água de consumo, esgoto e de escoamento superficial, bem como de resíduos sólidos e gases gerados pelas fontes de energia. Evitar ambientes ou entornos que favoreçam a proliferação de vetores, a fim de reduzir o risco de doenças relacionadas com água e saneamento básico.
- É importante considerar as necessidades de água e saneamento tanto das pessoas refugiadas, migrantes e deslocadas quanto da comunidade de acolhida, a fim de evitar tensões entre elas.



⁷ Sphere, O Manual Esfera: Carta Humanitária e Normas Mínimas para a Resposta Humanitária, Genebra, 2018.

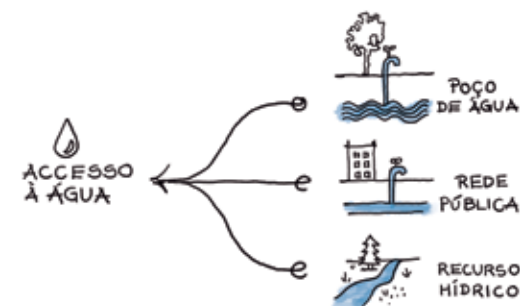
⁸ UNHCR, UNHCR WASH Manual: Practical Guidance for Refugee Settings, seventh edition, Geneve, 2020.

Áreas

Recomendações

Fornecimento de água

- Garantir o fornecimento de água segura: pelo menos 15 litros por dia por pessoa de água para beber e para higiene pessoal e doméstica. Determinar a quantidade conforme o contexto e a fase da resposta ⁹. É bom levar em conta que nos países da região a normativa nacional frequentemente estabelece um padrão mínimo de litros por pessoa muito maior.



- Para prever casos de falhas ou danos no sistema de fornecimento, considerar um volume de água de reserva em número de dias e em função do contexto (p. ex. fornecimento seguro de emergência por um ou dois dias).
- Prever o cálculo de pelo menos **250 pessoas por torneira** (para uma vazão de 7.5 litros por minuto).

$$1 \text{ torneira } (7,5 \text{ l/min}) \times 250 \text{ pessoas}$$

- **500 pessoas por bomba manual** (para uma vazão de 17 litros por minuto).

$$1 \text{ bomba manual } (17 \text{ l/min}) \times 500 \text{ pessoas}$$

- **400 pessoas por poço artesiano** aberto de extração manual (para uma vazão de 12.5 litros por minuto).

$$1 \text{ poço artesiano } (12,5 \text{ l/min}) \times 400 \text{ pessoas}$$

- 20 pessoas por instalação de chuveiro ¹⁰.



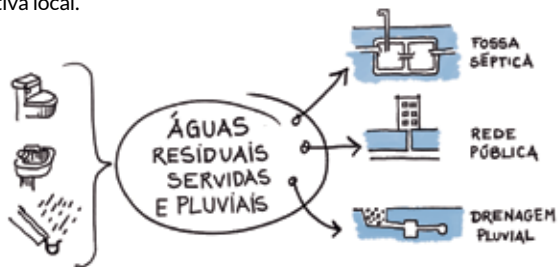
- 50 pessoas por instalação para lavar roupas.



- O tempo de espera nas fontes ou pontos de abastecimento de água deve ser inferior a 30 minutos ¹¹.
- As áreas técnicas relacionadas com o fornecimento de água (poços artesanais, plantas de tratamento, sistemas de bombas, sistema solar etc.) devem ser restritas, de acesso exclusivo do pessoal técnico.
- Estabelecer o uso racional da água com a implementação de aparelhos e acessórios economizadores. Considerar o uso de fontes alternativas, como captação de água de chuva e condensação de umidade atmosférica, entre outras.
- Considerar a utilização de energias alternativas (solar, eólica) para alimentar sistemas de bombeamento de água.

Saneamento básico

- Se não for possível a conexão com a rede pública de esgoto ou com qualquer outro sistema, é necessário desenhar um sistema de manejo de esgoto com resíduos orgânicos — ou seja, com excretas e restos de alimentos — (planta de tratamento de águas residuais - PTAR, fossa séptica, campos de infiltração) e outro de esgoto sem resíduos orgânicos — água usada em chuveiros e lavanderia— (caixas de gordura, drenagens, campos de infiltração, entre outros), conforme a normativa local.



- Considerar a reutilização de esgoto sem resíduos orgânicos, prévio tratamento primário (caixas de gordura e filtros) para outros usos diferentes do consumo humano, como irrigação, lavagem das áreas gerais, entre outros. Considerar soluções alternativas para a disposição de excretas.
- Levantar em conta as características e propriedades do solo para definir soluções alternativas, como drenagens e infiltração de águas previamente tratadas.
- É preciso garantir um manejo separado do esgoto com e sem resíduos orgânicos por meio de sistemas independentes, por exemplo, mediante conexão com a rede de esgotos para o primeiro e conexão com a rede de captação de águas pluviais para o segundo.
- Desenhar um sistema de drenagem de águas superficiais e canalizações para o manejo seguro da água pluvial, evitando poças e águas paradas que favorecem a proliferação de insetos transmissores de doenças. Respeitar a normativa local.
- A relação de privadas deve ser de pelo menos 1 peça para cada 20 pessoas. A distância para acessá-las não deve ser superior a 50 metros ¹². Considerar as particularidades de cada contexto e normativa local.



Manejo de resíduos sólidos

- Estabelecer pontos de coleta e classificação de resíduos sólidos localizados estrategicamente dentro do centro, respeitando a normativa local.
- Estabelecer um local / quarto de lixo para uso do serviço de coleta, seja público ou privado, de acordo com a normativa local. A capacidade e a dimensão do quarto irão depender do volume de resíduos a ser armazenado e da frequência da coleta. O quarto deve ser fechado, estar protegido do acesso de animais, ter superfícies laváveis e possuir torneira e drenagem. Deve conter pelo menos três contêineres para classificar resíduos: aproveitáveis (recicláveis), não aproveitáveis, orgânicos aproveitáveis e lixeira adicional exclusiva para plásticos, para facilitar a sua reciclagem.



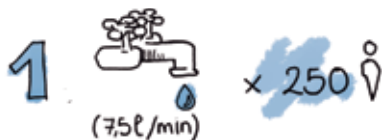
⁹ Sphere, p. 120. Según el indicador clave de la Norma 2.1 del capítulo "Abastecimiento de agua, saneamiento y promoción de la higiene (WASH)"

^{10,11,12} Sphere, p. 120.

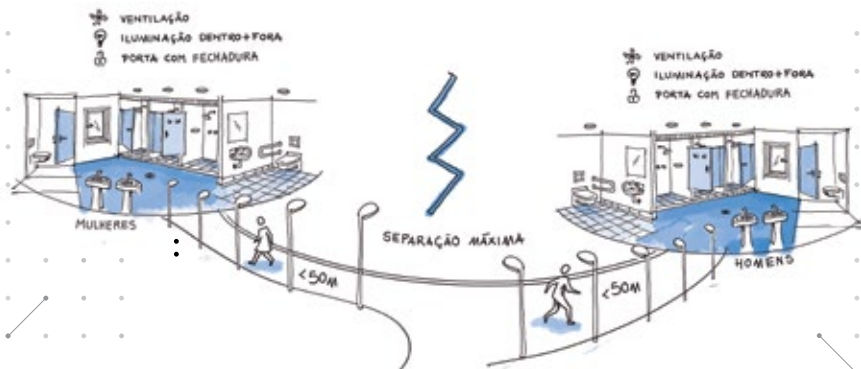
- Os pontos de coleta de resíduos sólidos distribuídos dentro do acampamento ou abrigo devem contar com recipientes diferenciados de acordo com a classificação (norma local). Os contêineres devem ser de fácil acesso, laváveis e com tampa.
- Se houver uma horta, considerar a possibilidade de tratar os resíduos orgânicos aproveitáveis para compostagem (adubo orgânico) ou biogás.

Considerações gerais

- Para facilitar a higiene das mãos, colocar pontos de lavagem de mãos perto do refeitório, de privadas e em espaços de alta afluência de pessoas.



- A abordagem de Idade, Gênero e Diversidade (Age, Gender and Diversity, em inglês) deve ser considerada para a disposição dos sanitários, garantindo suficiente separação entre eles, zelando pela proteção de todas as pessoas, em especial de mulheres e crianças. Os sanitários devem ser bem iluminados, tanto no interior quanto no percurso até eles.



- As estruturas devem garantir a privacidade. Privadas e chuveiros devem ter tranca por dentro.
- Na medida do possível, dar preferência à criação de módulos individuais ou familiares de sanitários com chuveiro que sirvam o dormitório de forma direta e individual.
- Avaliar qual sistema de higiene é o mais adequado em termos culturais, e integrá-lo na solução de desenho.
- Eliminar barreiras estruturais para pessoas com mobilidade reduzida. A opção técnica escolhida deve respeitar o direito de todas as pessoas, incluídas as pessoas com alguma deficiência, de acessar com segurança as instalações de saneamento. Melhorar a acessibilidade geral do centro por meio, por exemplo, de rampas ou entradas rentes ao chão, instalação de guarda-corpos e corrimãos etc., considerando uma relação de **1 privada para cada 250 pessoas**.



- Os sanitários devem estar bem ventilados, seja natural ou mecanicamente.
- Os acabamentos das paredes e pisos devem ser de fácil lavagem e desinfecção.
- O acabamento do piso deve ser antiderrapante.
- Os sanitários devem incluir recipientes adequados para descartar itens como absorventes, fraldas descartáveis e papel higiênico para permitir um manejo apropriado dos resíduos, evitar a obstrução de encanamento ou criar problemas no esvaziamento das fossas sépticas.
- Incorporar dispensadores de sabonete ou sistemas que fomentem a permanência do sabonete perto da pia.
- Adaptar os aparelhos sanitários para as necessidades das crianças considerando uso correto e seguro e estatura.
- Dispor espaços para a troca de fraldas e lixeiras para descarte.
- Considerar instalações de espaços adequados para lavar e dar banho a bebês.

Acesso a energia

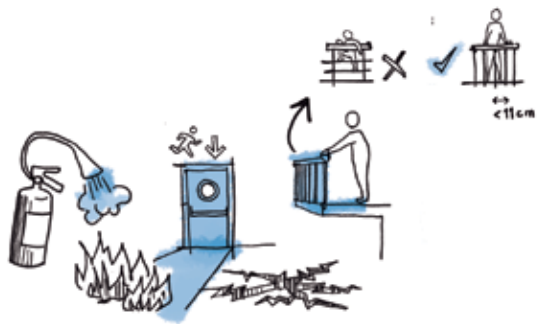
- Avaliar fontes de acesso à energia limpa e renovável, como painéis solares fotovoltaicos, energia eólica, biogás e geotermia, entre outras. Dependendo do sistema, existirá uma demanda espacial específica, por exemplo, superfície adequada de telhado, orientação de placas fotovoltaicas, baterias e outros componentes do sistema. É importante fazer uma análise de custos, considerando a temporariedade do acampamento/abrigo e a relação custo-benefício.
- De preferência, optar por luminárias solares para a iluminação noturna dos espaços abertos.
- Definir a demanda elétrica e prever seu aumento no futuro, de forma garantir, desde o começo, o correto dimensionamento de transformadores, fiação e outros elementos do sistema.
- Prever a instalação de pontos de carga para celulares nas zonas de recebimento e demais áreas sociais.

Conectividade

- Garantir acesso à internet no centro.

Segurança e resposta a emergências

- Assegurar que os espaços possuam equipamentos, meios de evacuação e outras disposições para a preparação, atenção e resposta a emergências, conforme a normativa vigente.
- Garantir que toda janela, varanda, sacada e escada possua guarda-corpos concebidos para a proteção das crianças. Estas estruturas não devem ser escaláveis nem ter vazios que representem um risco de queda.



Os espaços sociais, áreas de sombra, áreas de lazer, espaços protetores de crianças, entre outros, são fundamentais para o bem-estar e a harmonia das pessoas alojadas.

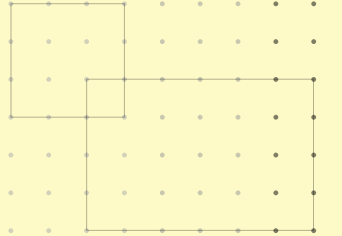
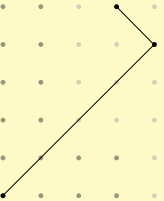
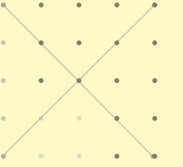




As decisões espaciais têm como principal objetivo minimizar os riscos de proteção da população alojada, em particular os riscos associados a Violência de gênero (VG).



• NOTAS





• NOTAS



ESTE LIVRO FOI IMPRESSO EM JANEIRO DE 2023
COMO PRIMEIRA EDIÇÃO DE TESTE

